ARQUIVO DE CASCAIS

HISTÓRIA | MEMÓRIA | PATRIMÓNIO



Nº 16
2026

ARQUIVO DE CASCAIS

HISTÓRIA | MEMÓRIA | PATRIMÓNIO

16 | 2026
EDIÇÃO ESPECIAL

PATRIMÓNIO CULTURAL
IMATERIAL DE CASCAIS

PREFÁCIO

Há um Cascais que não vem nos mapas. Não pode ser medido em metros nem cabe numa vitrine, mas está um pouco por todo o lado: nas festas e nas devoções, nas lendas e nos mitos que passam de boca em boca, no dizer dos sábios, nos sinais que herdamos sem, muitas vezes, darmos conta.

É o nosso Património Cultural Imaterial, reunido nesta edição especial do *Arquivo de Cascais*.

Ao longo destas páginas, descobrimos o brasão do concelho, onde se destacam o mar e a pesca, e conhecemos melhor a comunidade piscatória e os seus saberes tradicionais, enquanto percorremos a nossa Paisagem Cultural Marítima, acompanhada pelas memórias de naufrágios e histórias de salvamento.

Acompanhamos a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, inscrita em 2023 no Inventário Nacional, e revisitamos o linguajar, os costumes e as crenças dos saloios, cujo legado continua vivo. Descobrimos ainda o "Cascais Azul", a cor que dá nome à pedra da nossa terra, o azulino, e que evoca a imensidão do oceano e a natureza que envolve o nosso concelho.

Este livro, de autoria coletiva, também mostra como o Arquivo Histórico Municipal e as Bibliotecas do nosso concelho guardam e partilham a memória de todos. É uma prova de que a identidade de uma terra vive tanto nos monumentos, como nos gestos, nas vozes e nas tradições que se transmitem de geração em geração.

Cuidar deste legado é um dever para com quem vier depois de nós. Porque preservar o passado é garantir que estas tradições e memórias continuam vivos no futuro.

Agradeço aos dirigentes e técnicos da área da Cultura da Câmara Municipal que assinam em conjunto este volume, bem como a todas as instituições e pessoas que contribuíram para a realização da 16.ª edição do *Arquivo de Cascais*. O seu rigor e o seu conhecimento são, também eles, património de todos nós.

Convido-vos, por isso, a descobrir e a desvendar o nosso Património Cultural Imaterial. Porque há coisas que podem não se ver, mas sem as quais Cascais não seria Cascais.

Nuno Piteira Lopes
Presidente da Câmara Municipal de Cascais

ÍNDICE

6
SIMBOLOGIA E IMATERIALIDADE NA CULTURA CASCALENSE
João Aníbal Henriques

32
ENTRE MARÉS E MEMÓRIAS: O IMATERIAL NA PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA DE CASCAIS
Pedro Caleja, Cristóvão Fonseca e António Fialho

64
A PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES DE CASCAIS: O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL, A IDENTIDADE E A MEMÓRIA VIVA DE UMA COMUNIDADE
Carmen Pereira

98
MEMÓRIAS DE UM NÃO SALOIO
José António Severino Rodrigues

114
CASCAIS AZUL
Ana Vanessa Rodrigues

128
PRESERVAR PARA PARTILHAR EM REDE: ARQUIVOS, MEMÓRIA E IDENTIDADE DE CASCAIS
João Miguel Henriques

182
REDE DE BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE CASCAIS: DA COLEÇÃO À COMUNIDADE – TERRITÓRIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE
Ângela Santos



1. Brasão de Cascais | AHMCSC/AESP/CNM/5800

SIMBOLOGIA E IMATERIALIDADE NA CULTURA CASCALENSE

JOÃO ANÍBAL HENRIQUES
Director Municipal de Cultura | Câmara Municipal de Cascais

RESUMO
Cascais é muito mais do que a soma da sua história, da sua paisagem, das suas casas, dos seus monumentos e das suas gentes. É uma terra onde as vidas se cruzam ao sabor dos sonhos, plasmando numa abordagem assumidamente onírica os projectos e anseios da comunidade. Compreender o significado profundo de Cascais, descodificando os símbolos e interpretando-os de forma contextualizada na sua História, é essencial para que possamos compreender quem realmente somos, de onde viemos e que caminhos podemos trilhar em direcção a um futuro que garanta a preservação do fio-condutor que dá forma à nossa identidade municipal.

PALAVRAS-CHAVE
Cultura; Identidade; Memória

A expressão cultural de uma terra e de um povo associa-se a uma multiplicidade de registos que, de forma transversal, reflectem o saber, a aspiração e o sonho de uma comunidade. Em Cascais, a terra onde o mar se mistura com a serra e os reis se habituaram a calcorrear as ruas ombro-a-ombro com os mais humildes pescadores, multiplica-se de forma exponencial esse desiderato, plasmando-se numa extraordinária panóplia de registos que de alguma maneira acabam por convergir numa forte expressão identitária e numa arreigada capacidade de se adaptar aos usos, aos costumes e à forma de estar das mais variadas e díspares gerações.

Ao contrário do que acontece noutros lugares, Cascais deambula de forma quase frenética através dos laivos sempre sentidos dos seus moradores e das suas gentes. São eles, no permanentemente renovado despertar dos laços que definem as características sempre impressivas da sua identidade, que permite perceber com maior rigor quem são, de onde vieram e para onde seguem os cascalenses.

É com base neste pressuposto imaterial, assente sobretudo na forma de estar, sentir e pensar de cada munícipe, muito mais no que nas condições materiais e efémeras que dão corpo à existência formal, que se conjugam as políticas culturais, sempre com a preocupação de com elas tornar possível uma resposta cabal a todos os cascalenses, independentemente da sua origem social, económica, financeira, religiosa, cultural ou formativa.

A imaterialidade cultural de Cascais é, desta forma, um cadinho experimental onde se constroem as bases que suportam a própria democracia. É nele que se fermentam as ideias e os projectos, e é a partir dele que nascem e se concretizam todas as maravilhas que ajudam a definir Cascais.

A IMATERIALIDADE NA HERÁLDICA DE CASCAIS

O primeiro dos tesouros identitários que caracterizam imaterialmente Cascais é a simbologia que se associa à sua expressão heráldica. Os símbolos associados à realidade municipal, construídos precisamente a partir das ideias que resultam das realidades múltiplas que vão caracterizando a terra ao longo dos séculos, navegam de forma linear as muitas diferenças que foram existindo e caracterizando as comunidades que aqui viveram antes de nós. E se sabemos que poucas ou nenhumas semelhanças existem entre os cascalenses que receberam a Corte em 1870 e aqueles que hoje vivem de forma intensa o devir quotidiano desta vila extraordinária, é certo que a simbologia heráldica que caracteriza Cascais é a mesma, sendo vivida, interpretada e cinzelada a partir do escopro próprio de cada tempo. A vivência imaterial de cada símbolo, revista à luz de cada espaço de contemporaneidade, estabelece a ligação entre as eras e permite, na plasticidade que caracteriza a sua existência, a criação de um espaço de permuta e partilha de valores que se sobrepõem à linha de tempo e até ao pragmatismo da espacialidade que caracteriza cada época.

Na heráldica de Cascais sobressaem desde logo as menções directas ao mar e à actividade piscatória que dele depende. Mas sabemos que mesmo no dealbar da autonomia administrativa conseguida por carta de Dom Pedro I em 1364, a comunidade de pescadores de Cascais tinha uma essência marcadamente sazonal, definindo assim, a um só tempo, a ligação ao mar mas, também, a capacidade de bem acolher e de integrar quem chegava de fora para aqui se instalar... Simbolicamente arreigada no mais profundo âmago da sua existência, a expressividade desta conotação marítima vem fazer perdurar as origens romanas dos vestígios que efectivamente temos dessa mesma actividade. As cetárias existentes na Rua Marques Leal Pancada, testemunhos efectivos de uma prática que define a forma de ser e de estar em Cascais desde tempos imemoriais, é o elo simbolicamente mais profundo que liga a luta real pela sobrevivência ao longo das eras e dos tempos, com a expressividade própria de uma existência marcada pelas características ímpares que lhe chegam por esta origem marítima.

Jayme Arthur d'Abreu Nunes, o mítico fundador do Turismo do Estoril, e antigo presidente da Junta de Turismo e da Sociedade Propaganda de Cascais, escreveu no seu livro sobre as romarias portuguesas que a expressão mais antiga que encontra do sentir cascalense surge plasmado, com um cunho religioso, nos cultos ancestrais a Nossa Senhora da Guia. Esta romaria, provavelmente o resultado da evolução temporal de interpretações sagradas que terão caracterizado este território e as suas gentes, reflecte-se de sobremaneira na imagem identitária dessa expressiva ligação às coisas do mar. É também ela, na sua vertente feminina e no esplendor dos cultos marianos que definiram de forma muito evidente toda a dinâmica religiosa e cultural de Cascais, quem nos transporta de forma simbólica para os rituais pré-históricos da fertilidade, cruzando a água com o mar, e o sustento que dela se retira com o próprio esforço supremo da sobrevivência.

Este pressuposto surge, aliás, documentalmente comprovado, desde pelo menos 1389, quando o Rei Dom João I, fazendo jus ao apoio indispensável que recebeu do Dr. João das Regras na Cortes em que foi aclamado Rei, determina que os cascalenses fiquem isentos da obrigatoriedade de servirem nas galés. Este benefício, a pedido do seu fiel amigo e nessa altura Senhor de Cascais, corresponde à necessidade de fixar à terra os pescadores de Cascais, criando-lhes as condições político-administrativas que lhes permitiam exactamente aprofundar esta ligação ao mar, motivando-os para que dali retirassem a riqueza necessária à já referida sobrevivência. Alguns anos depois, reforçando o mesmo testemunho, o antigo Mestre de Avis assina a carta régia de Abril de 1393, isentando os pescadores de Cascais de terem um alcaide dos homens-do-mar, uma espécie de capitão do porto que, em nome do Rei, estabelecia e recolhia os impostos a que estavam obrigados todos aqueles que desenvolviam esta actividade.

No sexto centenário da autonomia de Cascais, em 1964, é o próprio Presidente da República, Almirante Américo Thomaz, quem refere a importância desse mar na heráldica municipal e, sublinhando o valor arreigado desse simbolismo profundo, define que a ligação de Cascais ao mar é o laço visceral que define o quotidiano da localidade: "A Ordem de Cristo surgiu 46 anos antes do nascimento da Vila de Cascais, mas certamente a Ordem mais bem aceite assenta no estandarte deste concelho. Vou ter o prazer de colocar as insígnias na bandeira de Cascais e desejar que esta vila progrida cada vez mais, tanto quanto o deseja toda a pessoa que se habituou a amar Cascais, a amar o seu mar, que nunca a abandonou, o mar que é o consolo de todos nós e o ganha-pão de muitos pobres de Cascais".

Por estranho que possa parecer, este mar que desde sempre acompanhou a afirmação histórica de Cascais, preservou permanentemente a sua componente de materialidade. Ele foi sempre um elemento efectivo na equação que define materialmente a vila piscatória e só em época muito recente é que se transmuta simbolicamente num resíduo imaterial passando a impactar directamente no devir comunitário. Tal

aconteceu em 1934, quando Afonso Dornellas, o arqueólogo a quem o Governo Civil de Lisboa encomendou o estudo para a criação da heráldica municipal da região, concebeu as linhas principais daquele que haveria de transformar-se no brasão de Cascais.

Até esse momento, a simbologia que traduzia a essência plena da velha vila de pescadores e marinheiros era exclusivamente o conjunto das armas de Portugal encimadas pelo escudo oficial, não englobando as especificidades próprias deste burgo tão especial. Foi Dornellas quem, pela primeira vez, sublinhou a importância de incluir na simbologia cascalense os registos mais importantes da sua História, o seu contexto geográfico e a condição primária associada ao carácter piscatório que traduzia Cascais. E o mar, elemento até aí meramente instrumento efectivo de trabalho, transmuta-se numa ideia, plasmada de forma evidente no brasão que a partir dessa altura passará a ser o símbolo maior desta terra que tão especialmente lhe era desde há muito dedicada.

Foi assim que a portaria n.º 7839, de 15 de Junho de 1934 definiu aquele viria a ser a marca principal de Cascais: "de prata com um castelo de vermelho, aberto e iluminado de prata, sobre uns rochedos de negro, saindo de um ondado de prata e de verde. O ondado coberto de uma rede de ouro. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco com os dizeres «Câmara Municipal de Cascais» a negro".

Desta maneira, o mar enquanto elemento material de presença marcante no devir quotidiano da vila, exalta-se para um registo superior de imaterialidade, recriando à sua volta, como se de um íman se tratasse, toda a carga simbólica que associa a comunidade à sua história, à sua situação geográfica e aos seus recursos naturais, sublinhando mar enquanto elemento gerador da unidade sobre o qual se constrói a identidade municipal.

Ferreira de Andrade, o historiador cascalense a quem a Câmara Municipal de Cascais encomendou a generalidade dos estudos que vieram a configurar a base do programa de comemoração do 600.º aniversário da autonomia municipal, traduziu nesse âmbito a significação profunda de todo este edifício simbólico que a partir de então ajudou a caracterizar Cascais: "O Castelo, na heráldica e em relação a Cascais, representa a praça forte defendida por várias fortificações que em séculos de existência têm feitos de valor heróico e representa principalmente a primeira sentinela de defesa da entrada do Tejo e, portanto, de Lisboa".

Quer isto dizer que, mesmo na sua vertente mais pragmática e material associada ao impactante património construído na vila, no qual as muralhas e fortificações assumem uma importância especial, Cascais preserva nesses monumentos essa sua ancestral e quase umbilical dependência relativamente ao mar. A Vila é, na sua situação geográfica, um ponto estratégico para a defesa da capital. E, enquanto guarda avançada de Lisboa, é no controle efectivo dos acessos à barra do Tejo que ela consubstancia a sua vocação material. Cascais é mar, vive do mar e constrói-se a partir do mar, numa plêiade de frentes que definem uma forte ligação às águas que são

igualmente o seu horizonte e paisagem. Controlar o mar, definindo planos funcionais que lhe permitam rentabilizar os seus recursos e simultaneamente construir identitariamente o seu edifício social, define na maioridade da sua libertação relativamente ao real o conjunto de premissas sobre as quais se afirma a sua vocação municipal.

A velha Torre de Santo António, que desde 1488, ainda durante o reinado de Dom João II, marca a paisagem cascalense, é assim instrumento de gestão de um recurso vital para Cascais, para a capital e até para a defesa da independência de Portugal. E a vila, eivada desse sentido de pertença ao mar e aos seus recursos, define uma estratégia que delimita no mar as várias vertentes que dão forma ao seu devir histórico. Os aquartelamentos militares que ao longo dos séculos ocuparam esta torre ainda medieval, e que mais tarde vieram construir e gerir a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a posterior muralha da Cidadela de Cascais, foram sempre contingentes com ligação esporádica à realidade local, temporariamente alocados a uma realidade concreta que para eles nada mais era do que a funcionalidade efémera das suas funções. Mas foram eles quem, em última instância, deram forma à capacidade de bem acolher e de integrar que é actualmente a base da vocação turística municipal, plasmada no Plano Director Municipal e transversalmente responsável por toda a estratégia de gestão do território municipal. Foi, por isso, no mar e com o mar de Cascais, que a vila se construiu na sua imensa panóplia de planos que de forma cruzada deram origem à municipalidade definidora do que é Cascais e do que são as suas gentes.

Importante relembrar que os alicerces da velha torre cascalense, que hoje enche a heráldica oficial do município, são batidos em permanência pelas ondas do mar. E que nos contrafortes que suportam as suas pesadas muralhas, encontramos ainda hoje as linhas construtivas que permitiam a Cascais defender-se e gerir a própria força do mar, num ímpeto de afirmação que jamais deixará de fazer parte da vida quotidiana dos seus cidadãos. Quando em 1983 a força bruta do mar destruiu os alicerces na Avenida Marginal, ali mesmo em frente ao Hotel Baía e à Praia dos Pescadores, a opção arquitectónica para evitar a repetição da catástrofe foi a criação de muretes suportados por um desnível côncavo que transmutasse a força das águas numa espécie de cambalhota invertida de regresso ao mar. Ou seja, a água chega, bate na pedra e regressa ao mar, perdendo o ímpeto inicial e evitando a destruição da massa construída. É precisamente essa a técnica que encontramos, datada ainda do Século XV, nos alicerces da Torre de Santo António, onde as lajes calcárias, trabalhadas com precisão nos mesmos moldes utilizados na baía em 1983, desempenham o mesmo papel de controle efectivo da força e das vicissitudes impostas pelo mar.

Por isso na simbologia heráldica cascalense, os rochedos escarpados onde assenta o torreão, simbolizando força e solidez estrutural para suportar o edifício construído que tem como função principal a de ser a guarda avançada de Lisboa, controlando estrategicamente o acesso marítimo à capital, assumem o espaço principal,

denotando a opção pela cor encarnada uma alusão igualmente subtil ao sangue e à glória que dele emana. A forma anímica que alimentou Cascais ao longo dos séculos, suportada por desafios diversos que foram apelando à capacidade comunitária de permanente adaptação às vicissitudes diversas pelas quais foi passando, gera-se precisamente nestes momentos de maior fragilidade, nos quais a incertezas obrigam ao desenvolvimento de engenho e arte que permitam a sua ultrapassagem.

No mesmo escrito de Ferreira de Andrade, em 1964, ele sublinha precisamente esse facto, comprovando a importância que tem a simbologia associada a Cascais na compreensão mais profunda daquela que é a sua ancestral ligação e dependência ao mar: "O esmalte vermelho do castelo é a cor que, heraldicamente, significa vitória, ardis e guerras e representa ainda a vida, a vida, o sangue, a força."

Neste caminho de ligação às águas que marcam de forma indefectível a dependência de Cascais perante o seu mar, fica ainda plasmada a força e a determinação das suas gentes. Os cascalenses, seres eivados da coragem e da resiliência sempre essenciais na relação com o mar e as incontornáveis incertezas que sempre acompanham quem com ele lida diariamente, constroem a sua terra neste misto de humilde dependência relativamente aos seus recursos e, em contraste, na amplitude maior da riqueza gerada pelos mesmos. É esse o significado do vasto campo prateado que envolve o torreão solidamente construído de frente para o mar. A humildade da sua gente que, enriquecida pelos valores que retira das suas águas, se afirma social e politicamente num Portugal habituado a muitas facilidades.

Em contraste, o negro dos rochedos significa, de acordo com Ferreira de Andrade, a própria terra que, firmada nos valores da firmeza e da honestidade, sustenta a riqueza almejada desde sempre por quem mora em Cascais. A riqueza, alcançada com o esforço e com a determinação das gentes que vivem nesta vila piscatória, só faz sentido se apelar de forma natural à rectidão dos valores e dos princípios que norteiam todos aqueles que ousam consagrar-se a Cascais. E esta ambiguidade, rectificando uma interdependência que é entendida de forma natural por todos quantos por aqui vivem a sua vida quotidiana, plasma igualmente de forma simbólica a ligação entre o verde da nossa serra e a plenitude bruta do azul-esverdeado que caracteriza as águas do mar.

De um lado, impondo-se como uma fronteira naturalmente aberta ao mistério da aventura que impele à experiência e à tentação de grandeza que só o mar pode consubstanciar, a baía com as suas enseadas e o vasto areal batido pelo vento do Norte. Do outro, a vicejante e sempre reconfortante paisagem bucólica das faldas da Serra de Sintra que aqui descem, de forma natural, até tocarem efectivamente nas águas desse mesmo mar de Cascais. O contraste, marcante e marcado no quotidiano vivido pelos cascalenses de todas as eras e tempos, é transversal a todas as gerações, impondo-se simbolicamente na heráldica local como forma de perpetuar essa dualidade que marca de maneira indefectível toda a comunidade local.

Mas abaixo, quando as ondas do mar surgem tingidas de verde, aponta-se novamente no mesmo sentido. A pujança grave de um mar que é pesadelo e esperança, numa dicotomia que promove a coragem, a determinação, a sabedoria e a acutilância que caracteriza a comunidade de Cascais. Este símbolo profundo espraia-se na complexidade permanente da interpretação dos sinais que a natureza nos oferece e não raro, sustentada muito mais nos planos simbólicos da sabedoria transversal aos anciãos do que no efectivo saber da ciência, encontramos os cascalenses a tentar ler esses mesmos sinais, plasmados na cúpula de nuvens que se vislumbram ao longe no recorte tangível da serra, ou nas "pombinhas" que tingem de branco os reflexos na luz do Sol a bater nas águas aparentemente calmas da nossa baía. E são eles quem define padrões de comportamento, quem estabelece fronteiras adivinhadas nos escolhos pueris de todos os quotidianos, e quem, no final do dia, regressa a casa com a história que vai contar em família denotando essa capacidade de verdadeiramente ser Cascais.

A rede que cobre o mar é provavelmente o menos subtil de todos os sinais. Cascais tornou-se independente de Sintra a pedido dos seus pescadores. E a autonomia foi-lhes concedida pelo Rei Dom Pedro I, não tanto pela representatividade comunitária que os consagrava nos meandros políticos da capital, mas mais pela pujança que essa decisão trazia para quem aqui morava. Com a determinação política dos pescadores de Cascais, a terra ganhava meios para se dedicar ao seu recurso. E, dessa maneira, alcançava, com determinação e muita Fé, a capacidade de gerar riqueza que alimentasse impostos e as agruras de uma vida marcada pela esperança de sempre regressar. Dizia Afonso Dornellas, na memória ideográfica que acompanha a sua proposta heráldica para Cascais, que a cor dourada utilizada para decorar as redes que se impõe a este mar simbolicamente decalcado dos sonhos dos locais, significava fortuna, poder e liberalidade, traduzindo com a força da simbologia, esta relação ambígua, mas omnipresente na realidade local entre o Homem e o mar.

Para Cascais, que viveu intensamente esta sua relação com o mar, sempre pareceu natural pensar neste recurso com a tensão própria que se dedica a algo que significa esforço, trabalho e a dureza que uma angustiosa incerteza a que nem todos conseguem almejar. Mas para quem plana ao nível da superioridade simbólica do pensamento, é mesmo aqui, nas alturas que permitem olhar em perspectiva para o que se passa em baixo, que encontramos a explicação maior para a caracterização da própria comunidade. Uma mole de gente que se organiza perante um recurso e que, mesmo nos momentos menos felizes, é capaz de se transmutar num cenário onírico que consagra a beleza estonteante de uma realidade nunca plenamente vivida na luta permanente pela sobrevivência, mas sim na beleza incomensurável de um sonho que a realidade estranhamente teima em obliterar.

A cor da bandeira de Cascais é o encarnado. Simbolicamente associado à ideia de vila, como Cascais teimosamente continua a identificar-se (apesar de há muito cumprir aquilo que é necessário para ser elevada à qualidade de cidade), mais

uma vez demonstrando o carácter imaterial dessa mesma realidade... Cascais teima, impõe, decide a concretiza a partir não de um conjunto factual de princípios, como se faz em tantos outros locais, mas sim com base num sentimento ambíguo de um orgulho dificilmente explicável por palavras. E isso leva-nos, sem apelo nem agravo. Precisamente da heráldica até à explicação do que é Cascais.

DO QUE É CASCAIS

A explicação do que é Cascais rima com a palavra utopia. Não podemos caracterizar Cascais pelo que é em termos da sua paisagem; não se caracteriza esta terra pelo que Cascais tem; não podemos diferenciar Cascais a partir de quem são as suas gentes; não podemos descrever Cascais como uma qualquer soma ambígua das suas casas, palácios, chalets, museus e demais monumentos; não podemos identificar, numa determinada área específica, aquilo que realmente caracteriza esta terra e que a diferencia das demais.

Cascais é muito mais do que a soma das suas partes. E o seu todo possui um potencial com um factor de multiplicação que transcende a capacidade de traduzir por palavras a expressão maior da sua essência particular.

Os místicos, que ainda subsistem nas odes dos poetas e dos artistas que se multiplicam nesta terra tão especial, atribuem-lhe conotações mágicas. Mas Cascais, na singeleza da forma como se concretiza, é muito mais do que tudo isso. Congrega sonhos e realidade num mesmo espaço. E eleva à mais elevada potência a sua capacidade de se subdividir, como se fosse uma partícula de luz, até ao infinito. Cada olhar, cada vislumbre, cada relance dos muitos que têm a sorte de poder deslumbrar-se com Cascais, concretiza um Cascais diferente, feito dos seus próprios sonhos e adubado pelo ensejo que cada qual coloca na forma como interpreta os seus sentidos.

Descrever Cascais passa pelas cores e pela sua luz especial. Mas também passa pelos seus aromas, pelos sons, pelos sabores e pelo enleio com que nos brinda a cada canto. É um Cascais de ilusão, onde cabem todas as ilusões do Mundo. Mas é também aquela terra que tem a capacidade de unir em torno de um princípio comum as diferentes perspectivas daqueles que a interpretam.

Há verdadeiramente uma "mística" de Cascais. Plasmada nos sonhos, nas deambulações e na doutrina de fé de cada um. É essa a única explicação que se aproxima verdadeiramente do cerne da questão e nos permite suspirar por aquela que dá forma a Cascais.

Noutros locais, por vezes distantes em termos geográficos desta terra mágica, fala-se de Cascais com uma aura de deslumbramento que extravasa a realidade. Os que por aqui andam, mesmo que apaixonados por esta sua terra, têm dificuldade em discernir aqui aquilo que leva os outros a atribuir-lhe esse charme sem par. Mas a explicação é precisamente essa: a impossibilidade de explicar o inexplicável.

Cascais é mistério, charme e requinte. Conjuga-se pela boca dos antigos exilados régios que aqui vieram encontrar a segurança que tinham perdido nas suas pátrias de origem. Saltita ao som dos tacões dos sapatos dos grandes actores e actrizes de Hollywood que por aqui continuam a passear a todo o tempo e que levam consigo o deslumbre das fotografias extraordinárias que aqui conseguem obter. Mas também navega ao sabor dos grandes factos da História, e de milénios de encantamento em diversos registos que a memória colectiva não pode obliterar.

A título de exemplo pródigo desta imaterialidade, quem não se lembra do deslumbrado Abu Zaid Abd-Ar Rhaman Ibn Mucana? O poeta árabe de Alcabideche que cantou há mil anos as loas que sublinhavam o carácter úbere das nossas terras, o clima extraordinário vivido à sombra da Serra de Sintra e a excepcionalidade dos ventos que simbolicamente transformavam em pão sagrado as sementes produzidas nos nossos campos?

Quem não reconhece nos seus poemos esta "mística" indecifrável que há um milénio atrás marcava de forma sentida a impressão daqueles que por aqui andavam?

Ibn Mucana, o poeta que cantou esta nossa terra, nada mais fez do que dar corpo à necessidade de descrever as terras de Cascais apercebendo-se de que só nos fólios retorcidos da poesia o poderia fazer plenamente. Por isso cantou, ao invés de contar, que nestas terras de maravilha, e apesar das contrariedades que ele próprio identifica, estão contidos os elementos que na prática dão forma ao jardim perdido do Éden, paraíso terreal no qual se vislumbram os traços que resultaram directamente da interferência de Deus.

No canto oposto do actual território municipal, ali onde nasce o Sol e os cereais crescem alimentados pela fertilidade proveniente dos mananciais de água que por aquelas paragens proliferam, foi Titus Curiatius Rufinos, o também mítico fundador da *Villa* Romana de Freiria, que sem escrever, deixou marcado na pedra o conjunto de sinais que deixam perceber o deslumbramento quase etéreo que sentiu quando por aqui viveu há dois mil anos.

Na sua lápide sepulcral, ou seja, no meio que tinha ao seu alcance para eternizar na pedra a memória da sua passagem por esta vida e por este espaço, optou por dedicar-se ao deus locais, em detrimento dos deuses principais do panteão romano onde detinha as suas próprias origens familiares. Quer isto dizer que há dois mil anos, num cenário profundamente bucólico situado junto do *finis terrae*, aquele lugar recôndito onde acabava o território imperial e começava o mar, alguém maior na hierarquia social romana optou pelo deslumbramento daquilo que o actual território cascalense lhe oferecia, deixando para trás as razões concretas dos seus cultos ancestrais.

É neste registo deslumbrante, multiplicado em centenas ou milhares de outros exemplos ao longo da sua longa História, que encontramos os inexplicáveis argumentos que nos permitem enquadrar a imaterialidade cultural de Cascais. A dificuldade

maior em estabelecer este registo de excelência que desde sempre surge plasmado na realidade municipal de Cascais, prende-se assim com o excesso de argumentos, de opções e de oportunidades para, em vários registos, encontrarmos, de facto, aquilo que transforma Cascais num cadinho verdadeiramente alternativo de qualidade.

E se pensarmos no mar como recurso vital, somos obrigados a equacionar as muitas estratégias desde sempre desenvolvidas para a sua gestão no quotidiano da vida do cascalense. Uma vez mais, neste caso como noutros, depressa percebemos quão rápido é o exercício de imaterializar um pressuposto concreto, enformando-o nessa componente onírica que o transforma num recurso formal a consolidar (e por vezes até a justificar) as práticas reiteradas pela comunidade na sua luta permanente pela sobrevivência.

No seu contraste profundo com a solidez da terra, as águas que banham Cascais estão prenhes de riqueza. Mas, como bem se sabe, o acesso à mesma associa-se a riscos permanentes e a um registo de incerteza que abre caminho em direcção aos alicerces da própria Fé. As orações de pescadores e suas famílias, nas angustiantes saídas para o mar, são em si próprias um edifício culturalmente exigente que se vai consolidando numa prática consuetudinária que emana das crenças das suas gentes. E depressa, porque rápida é sempre a fronteira entre a vida e a morte, a incerteza de um acto ligado à sobrevivência primária da comunidade piscatória de Cascais, ganha cunhos de religiosidade que se transmuta, numa ritualística partilhada por todos, em exercícios reiterados de comunhão e de Fé.

Esse motivo explica a ligação ancestral entre os rituais originários da água e a essência feminina da religião dos cascalenses. O orago de Cascais é duplo: Santo António para a rudeza das arribas e Nossa Senhora para os desafios incertos das águas do mar... Como o Sol e a Lua que se definem a partir da Lei dos Contrastes.

A SENHORA DOS NAVEGANTES PELAS RUAS DE CASCAIS

A expressão maior da ritualidade simbólica em Cascais, neste registo de contemporaneidade que extravasa os valores da História para os multiplicar em formas expressivas que se prolongam ao longo de muitas gerações até à actualidade, encontra-se na Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, classificada como património imaterial e, por si só, contendo de forma assumida os laivos de Fé que dão forma ao corpo comunitário de Cascais.

Sem nos debruçarmos demasiado sobre a expressão contemporânea deste rito, que, aliás, se concretiza anualmente ligando a comunidade cascalense, a terra e o mar, importa aprofundarmos neste âmbito o pensamento mais profundo sobre aquilo que corporiza a excelência de Cascais, percebermos de onde vem, como nasceu e se afirmou uma expressão de Fé que é, a um só tempo, a expressão maior de um sentimento partilhado em todos os tempos e ao longo de muitas gerações diferentes

pelos habitantes de Cascais. Analisado mais adiante nesta mesma publicação no artigo assinado pela Dr.ª Carmen Pereira, que instruiu o processo de classificação entretanto e em boa hora concretizado, a procissão possui, no entanto, os laivos e sinais que nos permitem reconstruir a ligação ancestral e imaterial que desde sempre ligou Cascais ao culto mariano.

A devoção de Cascais a Nossa Senhora é ancestral. Acompanha a afirmação histórica da ocupação humana do território, sempre em paralelo com os desafios que advêm do mar, pressentindo-se nos vestígios arqueológicos onde surgem plasmados os sinais que, sem correrrmos o risco de sermos abusadores, nos permitem encontrar os traços maiores de uma expressão de Fé que Nossa Senhora, há dois mil anos, nos veio confirmar.

E é na plenitude muito ampla dessa entrega de Cascais ao Mar, motivada pelo rigor da própria sobrevivência da comunidade, que recuperamos os princípios basilares de um entendimento maior do que fomos, do que somos e daquilo que aspiramos a ser enquanto humanidade. Na reivindicação do papel protector de Nossa Senhora àqueles que são efectivamente seus filhos na ligação fraterna que preservam com Seu Filho e Nosso Senhor, Jesus, o Cristo que entregou a sua própria vida terrena para nos salvar a todos da teia de pecados que caracteriza a humanidade e cada um de nós pecadores...

Por tudo isso, na História da Vila de Cascais, a evocação que se associa a Nossa Senhora é a do Socorro, aquela de quem os pescadores dependiam na sua ancestral dependência das agruras salgadas da água do mar. A navegação, quase sempre associada à criação de confrarias que historicamente congregam os meios e o sentido comunitário de entreajuda que caracteriza os Homens do Mar, assenta assim o acto da sobrevivência neste autêntico potentado de Fé que se espelha na dedicação a Nossa Senhora.

E Nossa Senhora é a evocação de todos os momentos. Dos bons, associado à Imaculada Conceição da própria Nossa Senhora, dos alegres que espelham gratidão, como a dos Prazeres, das Neves, do Rosário, do Ó, e de tantas outras evocações que nos constrangem a associar a gratidão à permanente protecção que Nossa Senhora dedica aos seus filhos, até aos mais angustiantes desvarios a que a vida terrena nos obriga. Evoca-se também Nossa Senhora nesses momentos, porque dela dependemos para podermos transcender a efemeridade simplista da nossa existência na Terra, dando assim um sentido ao cabal cumprimento dos desígnios sagrados de Deus para cada um dos nossos destinos efémeros.

Nossa Senhora é em Cascais, pelo menos desde 1592, a verdadeira *scala coeli*, que os monges instalados no vetusto Convento de Nossa Senhora da Piedade, ali em pleno terreiro sagrado com dedicatória à Assunção de Nossa Senhora, entendiam ser o verdadeiro caminho de regresso aos braços do Pai. E, por isso, é no espelhar dessa devoção quase sensorial, na qual a expressão fraternidade ganha um

sentido literal, que encontramos a expressão maior que nos leva a Nossa Senhora dos Navegantes, expressivamente celebrada na Procissão anual que, por terra e por mar, junta todos os cascalenses nesse pleito de gratidão para com os favores imensos recebidos nesta terra, interferência directa de Nossa Senhora na Alma de cada cascalense.

A actual Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes é, por tudo isto, uma realidade recente no cenário de Fé de Cascais. Terá sido inaugurada em 1720, depois de um longo processo de construção que se estendeu ao longo de muitas décadas e sabemos que sofreu danos enormes provocados pelo grande terramoto de 1755. Mas, não só no histórico da sua construção como no afinco que acompanha o processo de reconstrução pós-terramoto, encontramos muito daquilo de que precisamos para explicar a ancestral devoção que desde sempre lhe dedicam os homens do mar.

Marcante na paisagem cénica de Cascais, com os seus altivos torreões a imporem-se na paisagem sobre o casco antigo da vila, a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes (também designada como de São Pedro Gonçalves Telmo ou de Nossa Senhora dos Prazeres) é um dos mais enigmáticos segredos de Cascais.

Nada se sabendo ao certo sobre a sua origem, presume-se que o processo de construção da Igreja dos Navegantes tenha arrancado algures no Século XVI por iniciativa dos homens do mar de Cascais. Isto mesmo é alegado por eles quando, nessa mesma altura, através dos seus representantes legais, apelam directamente a Roma e ao Papa queixando-se dos abusos que sofriam por parte da Igreja local.

Diziam eles que as multas de que eram alvo, e que derivavam das faltas às presenças obrigatórias nas Missas e ao trabalho que faziam ao Domingo, se deviam à necessidade efectiva de angariarem o seu sustento. E que, em contrapartida, haviam construído a suas custas dois conventos, um no Estoril e outro em Cascais, um hospício e duas igrejas (a de Nossa Senhora dos Prazeres e a da Ressurreição de Cristo que caiu com o Terramoto de 1755).

Terá sido este contacto, aliás, o que motivou o Papa Paulo V a conceder a autorização para se pescar aos Domingos e nos dias santos, na perspectiva de que os lucros auferidos nessas ocasiões se destinavam exclusivamente à construção das igrejas e a consolidar o processo de canonização de Frei Pedro Gonçalves Telmo, futuro padroeiro dos pescadores de Cascais.

A única certeza que existe é que a igreja sofreu uma intervenção que visou a sua reconstrução em 1729, conforme o atesta a data dos seus painéis de azulejos, estando ainda incompleta em 1755 quando o terramoto novamente lhe abalou os alicerces.

O plano fortemente místico deste templo, servindo de moldura a um Cascais sobejamente dependente das agruras que marcam um quotidiano vivido em pleno mar, reforçado pela estranha planta que serviu de base à construção desta igreja, fazem da Igreja dos Navegantes um dos ex-libris incontornáveis numa qualquer visita à vila. E, não se entendendo nunca na sua verdadeira plenitude o significado

profundo de muitas das escolhas que a concretizaram tal e qual a vemos actualmente, é certo que dali se intuem os laivos e os motivos que levaram os pescadores de Cascais a investir em terra as benesses recebidas daqueles que queriam que os socorressem no mar. Porque é assim Cascais.

O carácter diferenciador da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, provavelmente resultante da influência dos frades de Nossa Senhora da Piedade, que orientaram os homens do mar no seu projecto de erguer o templo, transforma a Igreja dos Navegantes num dos mais preciosos monumentos do Património religioso Cascalense. E a sua história lendária, que poucos nesta terra conhecem bem, é parte indissociável da própria História de Cascais!

SCALA COELI: UMA ESCADA PARA O CÉU NA IMATERIALIDADE SIMBÓLICA DE CASCAIS

No coração do casco urbano de Cascais, junto à Igreja Paroquial e à Cidadela, está um dos edifícios mais extraordinários e enigmáticos da vila. O actual Centro Cultural de Cascais, que muitos conhecem ainda como as "Casas do Gandarinha", foi inicialmente um convento oferecido por D. António de Castro, quarto Conde de Monsanto e Senhor de Cascais, e por sua mulher, D. Inês Pimentel, à Ordem dos Carmelitas Descalços.

A cerimónia de colocação da primeira pedra, assim que foram firmados os termos da doação por parte dos Senhores de Cascais, aconteceu no dia 1 de Dezembro de 1594, depois de obtida a autorização papal e do arcebispado de Lisboa para esse efeito. Mas não foi isento de problemas e de polémicas esse momento. Os militares sedeados na Fortaleza de Cascais, preocupados com a proximidade do futuro convento e com os projectos de ampliação da fortificação, tudo fizeram para embargar a obra. Mas não conseguiram e a inauguração aconteceu em 1641, logo após a restauração da independência nacional, quando ficou terminada a capela e o espaço de culto que lhe estava associado.

E no Convento de Cascais, com a sua matriz mariana e dedicado a Nossa Senhora da Piedade, logo se instalaram os primeiros religiosos que, para além do culto regular similar ao de outros espaços semelhantes existentes noutros locais, ali criaram aquela que vem a ser uma das primeiras escolas de filosofia de Portugal.

Hermética e sensível àqueles que eram os mistérios daquela época, a comunidade de Cascais enveredou por uma linha de pensamento desalinhada com os poderes vigentes e, num ímpeto de inovação espiritual, procurou conhecer os mistérios da vida e da morte, perpetuando correntes de pensamento quase heréticas que juntavam nomes como os de Raimundo Lúlio, Santa Teresa d'Ávila, Santa Isabel de Portugal, Alberto Magno ou São João da Cruz. A sua ciência, misturando os conhecimentos técnicos da época com os valores abstractos da Alquimia, ou seja, a

"ciência de Maria", produziam para o Mundo Profano a célebre "Água de Inglaterra", que curava praticamente todos os males de que os cascalenses de então padeciam, e para os iniciados deixava as pistas que orientavam os frades na sua busca espiritual pelo Santo Graal, essa porta aberta para a verdadeira sabedoria. Os metais comuns transformar-se-iam em metais preciosos, da mesma forma que o espírito transcende a matéria alcançando a sacralidade superior e diluindo-se na própria essência de Deus.

As paredes velhas do antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade, guardam ainda hoje esse segredo imaterial maior. E na memória perene de cada uma daquelas pedras, estão ainda as pistas que nos permitem perceber o alcance da Obra que dali se foi espalhando por toda a Terra. Assumindo-se como verdadeira *Scala Coeli*, o convento de Cascais era funcionalmente um elevador que transmutava as Almas mostrando-lhes o caminho que lhes permitia elevarem-se ao Céu.

Até porque o Ouro e as riquezas materiais, efémeras como é efémero o nosso conceito da linearidade do tempo, são substância de segunda importância quando comparadas com o manancial de vida que floresce do acto de transmutar o pão que alimenta o corpo nas rosas que alimentam o espírito...

Por isso, onde hoje se promove a cultura e se constrói saber, viam os Carmelitas Descalços daquele tempo uma imensa escadaria que subiam pacientemente, um degrau de cada vez, até chegarem ao Céu.

Nas escavações arqueológicas que a Associação Cultural de Cascais ali fez durante a década de 90 do século passado, sob a direcção de José d'Encarnação e Guilherme Cardoso, e que precederam as obras de remodelação das novecentistas Casas do Gandarinha para que fossem transformadas no actual Centro Cultural, foram trazidos à luz do dia os vestígios dessas outras vidas e desses outros tempos, num exercício catártico que fez Cascais recuar no tempo até à fatídica noite de 1 de Novembro de 1755, quando o grande terramoto destruiu de forma arrasadora aquele cadinho de saber.

Mas ainda hoje, passados mais de um quarto de século desde que o novo equipamento se abriu à curiosidade dos cascalenses, são poucos aqueles que possuem a chave encriptada que permite desvendar os segredos maiores que aquele Tabernáculo teimosamente continua a esconder.

Como se a vida e a morte, que os frades ali cantaram, fossem mesmo as partes complementares de cada cascalense. Como se o segredo que congrega em si a genialidade simbólica e imaterial da vivência cultural neste Município, pudesse vir a ser um dia num futuro longínquo mais uma parte concreta do edifício cultural de Cascais.

SEGREDOS DA BELA VISTA EM CASCAIS

A cultura imaterial de Cascais constrói-se a partir de inverdades e de mitos. Na primeira classe, num exercício que se prende com a natureza humana, quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto e, de forma paulatina, vão sendo construídas verdades que efectivamente não assentam no pragmatismo da realidade, mas antes se impõem a partir da prática reiterada de uma qualquer efabulação que vai ganhando contornos quase míticos de uma realidade que não existe. No segundo caso, a mitologia impõe a sua perspectiva da verdade e ela, singrando através do imaginário colectivo da população, acaba por ganhar foros de verdade concreta, facto que lhe augura a possibilidade de ser vivida integralmente como tal.

Por isso, nas questões retóricas que se colocam quando falamos desta terra, surge amiúde aquela a que ninguém consegue responder: onde nasceu Cascais?!

Por estranho que pareça, ninguém consegue hoje, de forma documentada, responder de forma cabal a esta questão, e as possibilidades multiplicam-se ao sabor dos vestígios arqueológicos que vão aparecendo de cada vez que se faz uma intervenção mais profunda dentro do perímetro histórico consolidado da Vila de Cascais. Sendo certo que a resposta naturalmente mais provável é que os primeiros aglomerados humanos tenham surgido algures nos locais estrategicamente situados junto da linha de costa, onde se multiplicam os recursos naturalmente acessíveis a quem por aqui esteja, é muito provável que a resposta seja bastante diferente...

Nos primórdios da existência humana em Cascais, quando as primeiras comunidades deambulavam em busca de segurança e alimento, o espaço agora ocupado pela vila oferecia condições excepcionais de habitabilidade. O mar, fonte praticamente inesgotável de alimentos, volta a estar no cerne da questão, pois era ele que assegurava praticamente ao longo de todo o ano, o sustento necessário à sobrevivência humana. E, se o clima e a paisagem eram (e são cada vez mais) paradisíacos, faltava assegurar somente uma dessas componentes básicas que dão sustento à existência de comunidades humanas: o abrigo e a segurança perante ataques e intempéries.

Mas neste campo, possivelmente diferenciando Cascais das demais enseadas arenosas e desérticas que abundavam na região, possui no seu subsolo um conjunto de grutas e cavidades que, furando a pedra calcária que dá forma ao nosso solo, formam um vasto complexo de cavernas que apresentavam excelentes condições de acesso e habitabilidade.

Torna-se fácil perceber, desta maneira, a razão de ser de ter sido provavelmente nas actuais Grutas do Poço Velho, situadas no sopé do morro da Bela Vista, que Cascais nasceu efectivamente. E de, nesses tempos imemoriais do Paleolítico, terem sido ocupadas por caçadores-recolectores que naturalmente utilizavam o mar como sua fonte principal de alimentos.

Cascais nasceu ali, há dezenas de milhares de anos atrás, a partir do binómio que ainda corporiza o inconsciente colectivo da grande maioria dos Cascalenses: o Sol e o Mar, definindo na sua lógica de desenvolvimento urbano uma componente que vincula ambas as realidades perante a necessidade maior de oferecer qualidade de vida a todos os seres humanos que ali se instalaram e que escolheram este como o local ideal para viver.

Suficientemente afastadas do mar para poderem salvaguardar a segurança desejada, mas, ao mesmo tempo, próximas o suficiente para serem acessíveis no labor quotidiano, foi no espaço das Grutas do Poço Velho que nasceram as primeiras comunidades piscatórias locais. Foi também ali, a partir dos pressupostos atrás elencados, que nasceram e se criaram as técnicas, as práticas e os conhecimentos que aproximam Cascais do mar até à actualidade.

A consolidação e a sedentarização destas primeiras comunidades humanas na génese do território Cascalense inicia então um processo de paulatina aproximação física ao mar e às praias. O desenvolvimento de conhecimentos na área das construções e a pacificação que resultou do processo de Neolitização, tornou possível virar costas aos abrigos naturais proporcionados pelas grutas e optar por formas de abrigo mais precárias e mais bem posicionadas relativamente ao mar. Nascem assim os primeiro aglomerados pré-urbanos, possivelmente localizados em torno da Baía de Cascais, a partir da construção de casas feitas com materiais perecíveis e cujos vestígios não chegaram naturalmente até à actualidade.

Na época romana, na qual a urbanidade já tinha atingido outros níveis de conhecimento, já encontramos vestígios arqueológicos de ocupação humana na actual zona do castelo, de cara voltada para o mar, mas ainda assim aproveitando o desnível do terreno para assegurar alguma segurança suplementar (ver as Cetárias Romanas situadas na Rua Marques Leal Pancada), ao mesmo tempo que o espaço antigo das velhas grutas de outros tempos vai ficando olvidado.

Durante muitos séculos a vida de Cascais recentrou-se em volta da Baía. Era ali que se situavam as velhas cabanas abarracadas onde pernoitavam os pescadores que aqui chegavam, era também ali que se situavam as indústrias de salga e conserva de peixe que tornaram próspero o lugar. Datam dessa época os vestígios arqueológicos encontrados nas escavações realizadas no Palácio dos Condes da Guarda, actuais Paços do Concelho, onde foi possível verificar-se a disposição das estacas que suportavam as estruturas de salga e secagem do peixe que proliferavam nas areias em frente ao mar.

Mas como nada é linear na História de Cascais, importa perceber que a concentração de esforços e o assentamento das primeiras comunidades na actual zona junto ao mar não representou necessariamente o abandono dos velhos espaços. Pelo contrário. Nas Grutas do Poço Velho e de forma muito progressiva nas encostas do morro da Bela Vista foram ficando pequenas comunidades humanas que trabalhavam e rentabilizavam esses espaços.

A primeira notícia que temos desta realidade situa-se precisamente junto à entrada nas Grutas do Poço Velho numa das ruas que dá acesso às mesmas para quem vinha da zona saloia, situada no triângulo verdejante e próspero que liga a Serra de Sintra ao mar. Na pequeníssima e quase desconhecida Capela de Nossa Senhora da Conceição de Porto Seguro está ainda hoje uma placa votiva que refere

que o templo e o hospício que lhe estava anexo foi construído em 1691 por Paschoal Dias e Maria da Costa, originários de Oeiras e que ofereceram esse espaço aos Frades Capuchos de Santa Cruz da Serra de Sintra.

E por ali, contrariamente ao que hoje se teima em tentar fazer crer, consolidou-se um núcleo de povoamento dependente do apoio social proporcionado pelo hospício e, concomitantemente, pelo amparo espiritual da invocação maior que Nossa Senhora da Conceição representa em Cascais e em Portugal... Lá regressamos, uma vez mais, ao ancestral binómio que acompanha a imaterialidade cultural de Cascais desde a mais remota pré-História até à actualidade: Nossa Senhora e os cultos vegetalistas que assentam na perspectiva matriarcal das origens divinas da nossa existência; e, do outro lado, o mar, misto de recurso e de desafio que sustenta vidas, ceifando-as muitas vezes.

De tal forma foi importante esse povoamento do local, demonstrando a documentação existente que houve efectivamente um afastamento real entre esse espaço e o da consolidação urbanística da Vila de Cascais e seus arrabaldes, que já no Século XIX, quando a Corte escolhe a vila como estância de veraneio, Francisco Marques Leal Pancada, um benemérito Cascalense também relacionado profissionalmente com a conservação do peixe, adquire a capela e o hospício e efectua amplas obras de conservação e restauro. É importante não esquecer que foi precisamente Leal Pancada que, tempos depois, oferece à população de Cascais o terreno onde virá a ser construído o Hospital dos Condes de Castro Guimarães, situado mesmo em frente ao local onde se encontrava o Campo Santo e o cemitério principal da localidade.

A Vila Nova de Cascais, por ironia do destino localizada precisamente sobre o local onde Cascais nasceu, cresceu assim com uma dinâmica própria e a pujança de um local que detinha meios próprios de subsistência. Sendo um arrabalde da vila propriamente dita, preservou a sua identidade e consolidou a sua importância no crescimento e consolidação geral da vida Cascalense.

Na caracterização da unidade urbanística que resulta do devir histórico da Aldeia Nova de Cascais e do próprio Alto da Bela Vista, importa recuperar muita da informação presente no "Levantamento Exaustivo do Património Cascalense" (Fundação Cascais: 2000) onde se elencavam cada casa e cada detalhe com relevância para a compreensão deste importante núcleo Cascalense.

As peças que hoje restam, para além do aglomerado habitacional que foi sendo construído a partir da criação do velho hospício e da Capela de Porto Seguro, ambos peças-chave para compreender e contextualizar eventuais intervenções futuras a realizar naquele espaço, cingem-se tão somente aos detalhes arquitectónicos que sobreviveram às agruras impostas pelos novos tempos e pelas novas necessidades. As cantarias das portas e das janelas, muitas delas com decoração singela em memória de realidades que não existem já, foram reutilizadas em processos de demolição e reconstrução sucessivas que por ali se foram fazendo. E na divisão dos lotes, mesmo

com as contrariedades impostas pelo emparcelamento, ainda é possível encontrar os vestígios daquele que foi o Cascais primordial de outros tempos, com as suas courelas e pequenas quintas, os velhos currais de gado e até as actividades de apoio à vida quotidiana no coração da vila.

Esta vertente "saloia" da Aldeia Nova, o local onde se produzia muito daquilo que se consumia na vila de então, foi-se consolidando com o desenvolvimento industrial. Em primeiro lugar, logo ali ao lado, a Real Fábrica de Lanifícios de Cascais e, mais adiante, a Fábrica de Conservas de Peixe que ajudou a definir a margem direita da ribeira. O hospício, que, entretanto, foi evoluindo para um verdadeiro hospital (e cujo edifício ainda lá se encontra transformado em espaço residencial), era destino eminente para os mais pobres e desfavorecidos da sociedade de então. Convergiriam para ali os que tinham menos posses e meios, sendo certo que pescadores e mareantes ali encontravam o consolo físico e espiritual para os males que os afectavam.

Será eventualmente por isso que, a título de explicação, se mantém a ligação perene entre o mar e este arrabalde "longínquo" do centro de Cascais onde, aliás, se situava o cemitério onde encontravam os pescadores o seu eterno descanso. Possivelmente por isso igualmente, e parecendo pôr em causa toda a lógica e discernimento, ali é construído em época mais recente o "Bairro de Nossa Senhora dos Navegantes" (vulgo Bairro dos Pescadores) que, até há muito pouco tempo era cenário de velhos barcos esventrados ou em operações de reconstrução, pousados em pequenos terrenos cheios de redes e apetrechos velhos de pesca.

A apreciação de operações urbanísticas neste espaço, natural por sabermos que o envelhecimento do espaço determina necessariamente a sua recuperação, actualização e modernização, deveria ter em conta esta identidade própria do Alto da Bela Vista e a sua importância efectiva na definição daquilo que ainda hoje é Cascais. O enquadramento dos futuros projectos nesta realidade, bem como a rentabilização das memórias patrimoniais que ali subsistem, ajuda a qualificar as intervenções e, desta forma, consolida a Identidade Municipal e promove a memória colectiva.

Interpretar desta maneira a realidade que temos em linha com as pré-existências dos diversos lugares assegura aos que projectam nas mesmas condições ímpares para reforçarem igualmente a sua atractividade e, por extensão natural, o valor intrínseco dos empreendimentos e espaços. Toda e qualquer intervenção efectuada no âmbito do contexto urbanístico e patrimonial que seja sinónimo de melhoria da qualidade dos edifícios, e que o faça sem desvirtuar o seu enquadramento genérico na realidade local, é contributo decisivo para o reforço da vocação turística municipal, sendo que esta, conforme está plasmado no próprio Plano Director Municipal, deverá ser resultado de um acréscimo na identidade dos moradores e frequentadores do local.

O potencial educativo e pedagógico do Alto da Bela Vista, tal como acontece em tantos outros cantos e recantos de Cascais, é imenso. É ali que reside a possibilidade de as novas gerações criarem laços e vínculos perenes com quem os antecedeu

na ocupação deste espaço. Só assim, com esses laços bem evidentes e com uma abordagem politicamente consciente desta importância, será possível fazer crescer Cascais com qualidade, motivando os equilíbrios sociais com as necessidades de prosperidade e empreendedorismo, e zelando por um reforço efectivo da Identidade Municipal, essencial para uma cidadania consciente e, em última instância, para uma democracia saudável.

A Aldeia Nova de Cascais é uma realidade desconhecida de quase toda a gente. E esse facto, associado aos naturais processos de rejuvenescimento dos nossos espaços habitacionais consolidados, acaba por fazer perder potencialidades que um conhecimento enquadratório daquela realidade almejaria alcançar. Compreender a razão de ser daquele espaço, os motivos que levaram a que tivessem chegado até nós com as características que nele reconhecemos e as potencialidades imensas que possui para a definição da qualidade que todos desejemos para Cascais, ajuda os técnicos que formulam e apreciam os projectos para aquele lugar, os professores e educadores das escolas locais, os políticos que decidem os destinos da nossa terra, e até o cidadão comum que pretende construir ali (ou reconstruir) a sua casa, a tomar as decisões que melhor correspondem aos interesses de todos os Cascalenses.

Porque sem consciência de quem somos, de onde viemos e para onde vamos, as discussões acabam naturalmente por perder-se nos interesses mais mesquinhos e imediatos, delas resultando pouco mais do que uma pequena peça na engrenagem imensa com que o sistema político que temos nos constrange. Porque como dizia Pedro Falcão no seu *Cascais Menino*, este é "o Cascais com que sonhamos".

VITRIOL! O QUE ESTÁ EM CIMA É IGUAL AO QUE ESTÁ EM BAIXO

A grande questão que se coloca à cultura cascalense, numa altura em que se ponderam estratégias que permitam caracterizar a essência mais profunda da realidade local, é a de saber até que ponto é realmente possível e/ou essencial perceber e entender com rigor aquilo que caracteriza Cascais.

E em contraste com o cosmopolitismo que caracteriza a vila e o concelho pelo menos desde 1870, a génese mítica desta terra está debaixo de terra, ali mesmo no coração da vila nas traseiras do edifício do antigo Cinema São José. As Grutas do Poço Velho, resguardando no fundo da terra o segredo maior de Cascais, são provavelmente um dos primeiros refúgios dos caçadores-recolectores que ainda durante o período Paleolítico as utilizaram para garantir a protecção contra as intempéries e os animais.

Os vestígios destas ocupações, certamente pontuais e com carácter esporádico, materializam-se nos materiais recolhidos sobretudo no Século XIX e guardados em espaços museológicos. Mais tarde, no Neolítico e Calcolítico, o carácter protector deste espaço aprofunda-se, acompanhando o crescimento da consciência humana

relativamente à importância da vida, facto que se plasma na criação, aprofundamento e cuidados dispensados aos espaços de morte. E as Grutas do Poço Velho, da protecção à vida dos antigos caçadores, transformam-se numa necrópole, protegendo na morte aqueles que residiam nessa altura naquele que é hoje o território municipal de Cascais.

Este cunho de protecção, num espaço subterrâneo desprovido de luz e de acesso, transfere assim o significado simbólico deste local. Lá em baixo, numa clara alusão às origens da própria vida, na qual o útero materno e o resguardo obscuro do corpo da mãe preparam o ser humano para a chegada à luz e à vida. E cá em cima, onde a luz se cruza com os perigos e vicissitudes do dia-a-dia, reformatando a existência ao sabor dos ciclos que a natureza impõe a quem por aqui passa.

Porque, de acordo com a sabedoria popular que ainda hoje multiplica os seus escolhos através do imaginário colectivo da comunidade, o que está em cima é igual ao que está em baixo, numa alusão directa à necessidade de procurar no interior os laivos de sabedoria que permitem gerir com qualidade o tempo de vida que vai passando.

É esse registo de protecção, numa alusão pressentida aos rituais da fertilidade e às proto-religiões de cunho matriarcal que acompanharam os primeiros assentamentos humanos em Cascais, que nos estabelece a linha de pensamento que permite entender a importância desse fio condutor que, eivado e suportado pela imaterialidade que caracteriza o eterno, nos transporta novamente ao regaço protector de Nossa Senhora, mistério último e místico da cultura em Cascais.

De acordo com Paulo Morais-Alexandre, num interessante artigo que publicou sobre a invocação de Nossa Senhora dos Navegantes em Cascais a propósito do escudo-de-armas da Casa dos Pescadores de Cascais, a invocação mariana da Senhora dos Navegantes vem dar corpo ao escudo que oficialmente representava a corporação piscatória da vila e representa uma tendência natural que nesta terra resulta das agruras impostas aos pescadores pelos desafios associados à sua actividade no mar.

Assim, sempre com este cunho que desde tempos imemoráveis se respalda no estatuto protector da divindade feminina e que arranca com os primeiros caçadores-recolectores nas Grutas do Poço Velho, a invocação religiosa dos pescadores de Cascais concretiza-se nos vários rituais de culto que servem de apelo à protecção de Nossa Senhora.

Nossa Senhora da Graça

Diz-se na Chancelaria de Dom Fernando que em 1364, quando pescavam nas águas da baía de Cascais, os pescadores encontraram submersa uma magnífica imagem de Nossa Senhora com o Menino ao colo. Talhada em madeira de cipreste, a imagem era de tal forma formosa que foi desde logo apelidada de Nossa Senhora da Graça, facto que consolidou a devoção dos pescadores cascalenses àquela evocação antiga de Nossa Senhora. O fervor da oração em torno da imagem foi tanto que, mercê da fama angariada por esse Portugal fora, foi a imagem entregue à guarda dos frades Agostinhos de Lisboa, que a colocaram em lugar de destaque no Altar-Mor do seu mosteiro na capital. Nasceria assim o Bairro da Graça, reforçando o fervor devocional do povo antigo de Cascais.

Nossa Senhora do Socorro

Existindo pouca informação sobre este culto em Cascais, diz-nos o Padre Marçal da Silveira, no questionário datado de 1759 e citado por Ferreira de Andrade no seu livro *Cascais, Vila da Corte*, que terá existido na Praça de Cascais uma capela com essa designação que o Terramoto de 1755 destruiu por completo. Refere que era um culto próprios dos mareantes e que, pelo menos durante as obras de construção da actual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, era ali a sede da freguesia, nela se administrando os Sacramentos.

Nossa Senhora dos Prazeres

Nossa Senhora dos Prazeres terá sido o orago original da actual Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes. Em parceria com São Pedro Gonçalves, este culto acompanhou sempre os pescadores de Cascais nas suas orações em busca da protecção divina. E, qual mãe que cobria com o seu manto protector as saídas de mar dos homens de Cascais, ficou plasmada nos painéis de azulejos existentes dentro desta última igreja, configurando um percurso evolutivo que nos leva ao órgão actual da mesma.

Nossa Senhora da Conceição de Porto Seguro

Sendo originalmente uma ermida, erguida nos arrabaldes de Cascais e num espaço recôndito que minorasse as possibilidades de contactos com os leprosos que procuravam protecção na gafaria ali existente, a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Porto Seguro surge no início do Século XVII e integra-se no antigo Hospital dos Mareantes. Sendo hoje propriedade particular, guarda ainda os ex-votos relacionados com os favorecimentos da Virgem aos pescadores em dificuldades que depois aí acorriam para agradecer a protecção recebida e deixar o registo dos perigos vencidos.

Nossa Senhora dos Navegantes

Assente no rasto evolutivo do registo simbólico e imaterial da ritualidade cascalense, a invocação a Nossa Senhora dos Navegantes é relativamente recente no ideário cultual português e de Cascais. De acordo com a opinião de Pedro Falcão,

o mítico autor da obra *Cascais Menino*, esta devoção resulta da evolução dos cultos dedicados a Nossa Senhora dos Prazeres, enquanto entidade primária no apoio aos homens do mar, e ter-se-á concretizado em Cascais algures no arranque do Século XX. É nessa altura, mercê das dificuldades que resultaram das guerras e dos desafios políticos que abalaram os alicerces de Portugal, gerando crises sucessivas e um clima de instabilidade que influiu directamente no bem-estar da população, que se reforça a importância da pesca como actividade de acesso primário à alimentação e à riqueza propiciada pelo mar. Dali à já referida consolidação da antiga Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, que desde 1942 se transformou num ritual anual, foi um passo muito rápido, que teve influência directa no sentir identitário dos cascalenses e que ajudou a definir imaterialmente a base do registo cultural de Cascais.

Em termos iconográficos, vale a pena recuperar as já mencionadas palavras do historiador Paulo Morais-Alexandre que define desta maneira a imagem pública de uma devoção que em Cascais está directamente relacionada com a comunidade piscatória e com a riqueza do mar: "A imagem representa Nossa Senhora pegando no Menino com o braço esquerdo, com resplendor carregado de estrelas, sendo este, aliás, um pouco desproporcionado em relação ao tamanho da cabeça da Virgem, sobre uma nuvem, assente sobre um barco, no qual uma figura de pescador ajoelha, tendo um anjo ao leme, o barco navega num mar alterado de onde emergem peixes. Santa Maria está vestida de túnica branca, tendo a cabeça coberta por um manto, o Menino tem também resplendor, vestindo túnica alva".

A LEI DOS CONTRASTES NA CULTURA EM CASCAIS

A cultura em Cascais é, como vimos nas linhas atrás, incaracterizável. E ainda bem que é assim. É aberta, ampla, insubmissa, irreverente, incontrolada e livre, como deve ser o pensamento e a capacidade de uma comunidade de repensar permanentemente enquanto repositório maior dos sonhos, projectos e anseios das gentes que a compõem.

Na sua vertente mais progressista, normalmente em linha de choque com as opções mais reaccionárias e sob o olhar atento dos seus agentes mais conservadores, o conhecimento e a ciência que lhe está associada é efectivamente anti-conhecimento e anti-ciência. Não é reconhecida como conhecimento. Não lhe é reconhecido o estatuto de ciência!

Mas, se pensarmos no motor necessário para alavancar o processo de renovação desse conhecimento, depressa concluiremos que são essenciais esses avanços contraditórios, a abertura de espírito para aceitar novas opções e teses, e a capacidade de as experimentar... porque só assim, alargando de forma irreverente as fronteiras do que conhecemos e sabemos, podemos almejar incluir as novas formas de pensar e sentir que fazem a cultura avançar.

Na época da electricidade, quando do choque das cargas opostas resulta o movimento que faz os veículos avançar, esta nova dinâmica é essencial para que a cultura não estagne e, num ano em que Cascais foi Capital Europeia da Democracia, afigura-se essencial para que todos se sintam representados.

Diz a voz popular que ninguém aprende a andar sem cair muitas vezes e sem esfolar os joelhos. E, dizemos nós, que na cultura o processo é o mesmo. Sem a ousadia de fazer diferente e de pensar diferente, jamais abandonaremos o marasmo que efectivamente mata quem dele não tiver capacidade de se libertar. O choque dos opostos, a troca de opiniões, a fuga dos lugares-comuns e a busca incessante daquelas fronteiras indeléveis entre a ciência e a não-ciência, são o caminho que assumimos em Cascais.

E fazemo-lo com a convicção profunda de que desta Lei dos Contrastes, sublimada sempre pelo cadinho do respeito pela diferença e pela opinião alheia, resultam sempre os avanços que colocam esta terra no dealbar das novas descobertas e das novas formas de pensar.

Nem todos gostam de viver assim intensamente estes fundamentos imateriais da nossa cultura municipal. É verdade. Como é verdade igualmente que são uma minoria aqueles que ousam experimentar caminhos novos com medo de errarem e de retrocederem no seu caminho de afirmação pessoal num município onde, devido à sua componente cenográfica, tudo ganha uma dimensão e uma visibilidade muito proeminente.

Mas é esse o caminho de Cascais. É esse o desafio da imaterialidade e da capacidade de entender a cultura como o eixo a partir do qual se recriam os campos de liberdade que motivam todos os cascalenses para viverem intensamente, ao longo de toda a vida, a excelência deste local onde temos a sorte de agora estar.

Tudo isto é fácil de perceber quando tratamos dos aspectos assumidamente simbólicos que envolvem a nossa prática. Quando entendemos a religião, a arte, a cenografia, a arquitectura, a música, a pintura, a escultura, a literatura e até a filosofia como campos de liberdade onde se preza o valor da ideia mais do que o da coisa concreta. Mas torna-se mais difícil quando passamos para a abstração dos documentos. E o desafio que agora empreendemos é esse mesmo: pensar os arquivos, as bibliotecas, a arqueologia, a etnografia, a exploração subaquática e outras áreas das ciências concretas como geradores de imaterialidade. Sendo certo que é exactamente isso que fazemos. É nos documentos que guardamos nos arquivos municipais, nos livros que publicamos e com os quais enchemos as prateleiras das nossas bibliotecas, nos artefactos de outros tempos e eras que recolhemos e estudamos nas nossas escavações arqueológicas, nos objectos de uso quotidiano que guardamos nos nossos espaços-memória e que nos dão as formas de outras épocas, nas peças que resgatamos do fundo do mar e que nos transportam para as grandes epopeias dos descobrimentos, e até nas lápides sepulcrais que nos transmitem os medos e as glórias de outras vidas e de outras gentes...

Cada um desses documentos concretos nos fala da imaterialidade. Cada um deles multiplica de forma exponencial a capacidade de conhecer, perceber e viver intensamente outros sonhos que deram corpo ao avanço de Cascais ao longo dos Séculos. Cada acorde musical que enche os areais da nossa baía faz tilintar as almas de quem os ouve e, dessa maneira, propicia a sintonia entre Cascais e os cascalenses.

Por isso enchemos as ruas de fado, e de gente! Por isso enchemos as galerias de arte de quadros, e de gente! Por isso esgotamos salas de teatro de genialidade, e de gente! Por isso desafiamos os corajosos a juntarem-se a nós de madrugada para celebrar a liberdade e enchemos os espaços de gente. De gente que vive, acumula experiências e partilha histórias com Cascais como denominador corrente. De gente que comunitariamente cria vínculos e laços com este destino extraordinário onde temos a sorte de poder viver. De gente que vibra, e em conjunto nos faz crescer para os territórios insuspeitos da não-ciência, onde com o ensejo de quem faz por bem determina a criação de novos caminhos para a ciência.

Este volume é isso. Um apelo aos contrastes entre os documentos e os símbolos. Numa ponte dinâmica que define quem somos, de onde viemos e para onde queremos ir no futuro que preparamos agora para as novas gerações e para as novas gentes.

Termino este pequeno apontamento sobre a imaterialidade cultural cascalense com o mais relevante de todos os artefactos historicamente documentados no Concelho de Cascais: as sandálias votivas de calcário que foram encontradas na Necrópole de Alapraia e que, sendo quase exemplares únicos no contexto internacional, possuem um cunho simbólico que na força da sua existência material as transformam no mais imaterial dos artefactos arqueológicos cascalenses.

Porque importa dizer, sublinhando esse facto, que o cuidado colocado na manufactura destas sandálias se cruza inesperadamente com a completa inexistência de qualquer intuito ou intenção relacionada com a sua funcionalidade terrena. É um objecto votivo, associado a um enorme investimento de tempo e de técnica por parte de quem as fabricou. Mas que nunca foram concebidas para serem utilizadas por ninguém neste nosso tempo. E digo "nosso" porque os milhares de anos que estas sandálias têm não apaga o impacto que elas têm para quem as vê. Porque hoje, milhares de anos depois da sua fabricação, são centenas aqueles que diariamente se dirigem ao Museu da Vila, onde estão expostas, só para se deslumbrarem com elas...

São um objecto simbólico, com uma materialidade concebida e trabalhada para ser imaterial. E que, por serem assim, são efectivamente eternas na sua capacidade de unir todas as muitas gerações que vão passando na admiração que por eles têm.

É esta a cultura que queremos! Porque Cascais é mesmo o melhor lugar para se viver a vida inteira! Porque em cada vida fazemos reviver as memórias sentidas daqueles que por aqui nos antecederam.

BIBLIOGRAFIA

ADRIÃO, V. M. (2007). *Sintra serra sagrada*. Dinapress.

ANDRADE, F. (1964). *Cascais: Vila da Corte: Oito séculos de história*. Câmara Municipal de Cascais.

ANDRADE, F. (Coord.). (1969). *Monografia de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais.

BOIÇA, J. M. F. & BARROS, M. F. & RAMALHO, M. M. (2001). *As fortificações marítimas da costa de Cascais*. Quetzal Editores.

CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO. J. (1995). *Para uma história da água no concelho de Cascais*. SMAS.

CARDOSO, G. & CABRAL, J. P. (2004). *Povoamento e arquitectura popular na freguesia de Cascais*. Junta de Freguesia de Cascais.

CARVALHO, A. (Coord.). (2005). *Cascais em 1755*. Câmara Municipal de Cascais.

CASTELO-BRANCO, F. (1972). *Cascais nos inícios do seu municipalismo e na crise de 1383*. Câmara Municipal de Cascais.

COLAÇO, B. de G. & ARCHER, M. (1943). *Memórias da linha de Cascais*. Parceria A. M. Pereira.

ENCARNAÇÃO, J. (2002). *Cascais e os seus cantinhos*. Edições Colibri; Câmara Municipal de Cascais.

ENCARNAÇÃO, J. (2007). *Recantos de Cascais*. Edições Colibri; Câmara Municipal de Cascais.

FALCÃO, P. (2005). *Cascais menino*. Academia de Letras e Artes.

GONÇALVES, V. S. (2005). *Cascais há 5000 anos*. Câmara Municipal de Cascais.

GONÇALVES, V. S. (2008). *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)*. Câmara Municipal de Cascais; UNIARQ.

HENRIQUES, J. A. (1997). *História rural cascalense*. Junta de Freguesia de Cascais.

HENRIQUES, J. A. (2023). *O outro Cascais: 30 anos da sociedade civil e a Fundação Cascais*. Fundação Cascais.

HENRIQUES, J. M. (2001). *Cascais: Do final da monarquia ao alvorecer da República (1908–1914)*. Edições Colibri.

HENRIQUES, J. M. (2004). *História da freguesia de Cascais, 1870–1908*. Edições Colibri.

MAGALHÃES, I. & HENRIQUES, J. A. (2015). *Cascais*. Movimento SerCascais.

NUNES, J. A. A. (2021). *Para ir à romaria*. Câmara Municipal de Cascais.

SILVA, R. H. (1988). *Cascais*. Editorial Presença.

SILVA, R. H. (2010). *Arquitectura de veraneio*. Em *Roteiros do património de Cascais* (Vol. 4). Câmara Municipal de Cascais.



1. Representação mais antiga de Cascais de cerca de 1530, editada em 1572 por Georg Braun e Frans Hogenberg no primeiro volume da obra *Civitates Orbis Terrarum* | AHMCSC/AESP/CALM/F/1029



2. A baía de Cascais em 1890, com embarcações de diferentes tipos e funções AHMCSC/AFTG/CAM/A/00607

ENTRE MARÉS E MEMÓRIAS: O IMATERIAL NA PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA DE CASCAIS

PEDRO CALEJA, CRISTÓVÃO FONSECA E ANTÓNIO FIALHO
Técnicos Superiores – Arqueólogos | Câmara Municipal de Cascais

RESUMO

A relação de Cascais com o mar produziu um património que ultrapassa largamente os seus testemunhos materiais. Saberes, práticas, linguagens, devoções e formas de viver integram uma imaterialidade que pode ser interpretada através do conceito de Paisagem Cultural Marítima. Mais do que uma categoria territorial, defende-se que a mesma constitui um processo de construção de memória coletiva, sendo o Património Cultural Imaterial a sua expressão dinâmica.

PALAVRAS-CHAVE

Património Cultural Marítimo; Património Cultural Imaterial; Cascais

INTRODUÇÃO

Durante grande parte do século XX a noção de património esteve predominantemente associada à preservação de monumentos, edifícios históricos, obras de arte e objetos considerados representativos da memória coletiva. O património era entendido sobretudo como herança material, visível e monumental, capaz de testemunhar a continuidade histórica de uma comunidade. Castelos, igrejas, fortalezas, palácios, centros históricos e coleções museológicas constituíam os principais objetos de atenção das políticas patrimoniais e dos discursos sobre conservação cultural.

Contudo, o conceito de património sofreu nas últimas décadas uma profunda transformação. Progressivamente, tornou-se evidente que a memória coletiva das sociedades não se encontra apenas inscrita em edifícios ou artefactos, mas também em práticas, conhecimentos, oralidades, rituais, técnicas e formas de vida transmitidas entre gerações. Essa mudança de paradigma conduziu ao reconhecimento crescente do património cultural imaterial enquanto dimensão fundamental da experiência cultural.

O património deixou então de ser entendido exclusivamente como um conjunto de objetos preservados do passado para passar a incluir modos de fazer, formas de habitar o território, expressões linguísticas, celebrações coletivas, sistemas de conhecimento e práticas sociais que estruturam identidades comunitárias. Mais do que coisas, o património passou a incluir relações; mais do que monumentos, passou a incluir experiências vividas.

Este alargamento conceptual foi particularmente importante para as comunidades costeiras e marítimas. Muitas culturas ligadas ao mar possuem um património pouco monumental, mas extremamente rico do ponto de vista imaterial. Técnicas de pesca, conhecimentos sobre marés e ventos, vocabulários específicos, narrativas de naufrágios, rituais religiosos ligados à proteção dos pescadores, gastronomias marítimas e formas de sociabilidade costeira constituem exemplos de património cuja existência depende sobretudo da transmissão cultural e da memória coletiva.

Neste contexto, o conceito de paisagem cultural marítima revela-se especialmente pertinente. Desenvolvido inicialmente no âmbito da arqueologia marítima e da geografia cultural, permitindo compreender o litoral não apenas como espaço físico, mas como território vivido, simbolizado e historicamente construído pelas comunidades humanas. A paisagem marítima deixa de ser apenas cenário natural para se tornar expressão de práticas sociais, experiências sensoriais, relações económicas e imaginários culturais.

A integração do património imaterial neste conceito permite estabelecer uma ligação profunda entre território, memória e cultura. O mar não é apenas um elemento geográfico, é também uma presença simbólica que molda ritmos quotidianos, perceções do tempo, formas de linguagem, estruturas de sociabilidade e identidades coletivas. A paisagem marítima pode assim ser entendida como um verdadeiro arquivo cultural vivo.

No caso de Cascais, esta abordagem assume particular relevância. Historicamente ligada à pesca, à navegação, à defesa costeira e posteriormente ao turismo balnear, a vila desenvolveu uma relação complexa e multifacetada com o Atlântico. A sua identidade construiu-se através de sucessivas camadas históricas que transformaram a costa num espaço simultaneamente económico, simbólico, social e afetivo.

A presente reflexão propõe-se analisar de que forma o conceito de paisagem cultural marítima pode contribuir para uma compreensão mais ampla do património imaterial. Partindo de uma revisão conceptual sobre património cultural imaterial e paisagem marítima, pretende-se demonstrar que o património marítimo não se limita à preservação de objetos ou infraestruturas costeiras, mas inclui também formas invisíveis de memória inscritas nas práticas sociais, nos saberes técnicos, nas experiências sensoriais e nos imaginários coletivos associados ao mar.

Mais do que um cenário natural, o litoral surge assim como espaço culturalmente produzido, continuamente reinterpretado pelas comunidades que o habitam. O mar, nesse sentido, não é apenas paisagem: é memória, experiência e herança cultural.

PATRIMÓNIO CULTURAL MARÍTIMO: DO MATERIAL AO IMATERIAL

A génese e o desenvolvimento da povoação que hoje corresponde à vila de Cascais, assim como de parte significativa do povoamento litoral que se localiza no seu território, encontra-se intimamente ligada ao Oceano Atlântico e à foz do rio Tejo. A identidade – ou identidades – de Cascais refletem uma profunda marca marítima com uma relação histórica milenar e multifacetada, testemunhada por vestígios arqueológicos, tradições da comunidade piscatória e pela sua antiga relevância estratégica e portuária.

De facto, este é um espaço onde a secular convergência entre o ambiente natural e a ação humana moldou uma paisagem cultural de forte matriz marítima, enquadrando-se perfeitamente no conceito de "maritime cultural landscape" inicialmente criado por Christer Westerdahl em finais da década de 1980 (Westerdahl, 1992). A sua relevância transcende a dimensão estritamente física, integrando assim, para além das evidências materiais, componentes ecológicas e dinâmicas sociais que testemunham a adaptação e exploração, mas também a resiliência das comunidades ao meio costeiro e marinho.

O estudo da paisagem cultural marítima de Cascais tem considerado uma abordagem de investigação essencialmente arqueológica, mas também antropológica, tendo em conta a profunda relação entre as comunidades locais e o mar. A aplicação deste conceito ao território cascalense integrou, assim, vestígios arqueológicos submersos, como também estruturas construídas em terra firme, analisando o litoral costeiro como um espaço dinâmico de produção, transporte, abrigo e conflito; indícios toponímicos, cartográficos e fisiográficos; mas também foi reconhecido um património imaterial, relacionado com a antropologia e etnografia marítima, nomeadamente ao nível das tradições marítimas ancestrais e a uma dimensão cognitiva subjacente (Freire, 2012; Freire e Fialho, 2013; Freire, 2020).

Se, por um lado, o próprio conceito de paisagem cultural marítima na investigação considerou, principalmente e num primeiro momento, vestígios de naufrágios, assim como demais marcas antrópicas materiais, reconhecendo uma dimensão de exploração dos recursos naturais, de defesa da costa, entre outros; por outro lado, e com o desenvolvimento teórico da problemática, a reconstituição da vivência marítima destas comunidades passou a considerar, para além das suas evidências materiais, as manifestações culturais e sociais (Westerdahl, 1992; Ford, 2011; Westerdahl, 2012). Esta perspetiva exige uma análise global, diacrónica e transversal que, no caso de Cascais, se torna ainda mais evidente devido à articulação entre diferentes dimensões: oceano, costa e barra de um importante estuário.

Ao contrário da arqueologia marítima "clássica", focada em naufrágios e embarcações, o conceito de paisagem cultural marítima evoluiu de forma a englobar portos, canais, rotas e os costumes das comunidades marítimas e ribeirinhas. No contexto de Cascais, esta visão explica o papel da sua faixa costeira como elo entre o interior do território e o Atlântico, e como espaço de charneira entre o Mediterrâneo,

o Norte da Europa e o espaço transatlântico, assumindo uma função crucial na economia, na defesa e na identidade cultural da região. Os vestígios arqueológicos submersos, nomeadamente associados a naufrágios e fundeadouros, testemunham materialmente essa ativa dimensão marítima. Além disso, o litoral cascalense revela uma paisagem cultural híbrida, onde coexistem portos, fortificações[1], faróis, cruzeiros, aglomerados urbanos e rurais, estruturas extrativas e produtivas, áreas agrícolas, entre outras realidades, evidenciando a interdependência entre atividades marítimas e terrestres.

Contudo, e conforme já referido, a paisagem cultural marítima engloba uma dimensão sociológica e simbólica inerente aos territórios litorais. Este campo intangível do mar enquadra-se na definição da "Convenção Para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial" da UNESCO de 2003, onde o património cultural imaterial corresponde às "práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural" (UNESCO, 2003).

Em Cascais, a atividade da pesca artesanal, as festividades religiosas dedicadas ao mar e a memória coletiva influenciada por uma forte dimensão trágico-marítima consolidam a matriz identitária local. Adicionalmente, diversos indicadores arqueológicos e históricos comprovam a ocorrência de práticas de cariz mágico-religioso destinadas à salvaguarda das comunidades ribeirinhas e marítimas, num processo que alguns investigadores designam por tentativa de "domesticação do espaço marítimo" (Carreto *et al.*, 2020, p. 14).

Durante séculos, a linha de costa funcionou como a fronteira entre a segurança de terra e o desconhecido do mar — um lugar incerto e perigoso, mas que também despertava o fascínio da exploração e expansão, e o contacto com novas culturas. O meio marinho assume um duplo sentido: tanto é garante de subsistência e proveito, como também pode ser cenário de tragédia. Este ambivalência e contraste gerou uma identidade baseada no respeito e na espiritualidade, repleta de rituais, superstições, lendas, ditados populares e outras manifestações simbólicas. Esta imprevisibilidade e a impossibilidade de dominar o mar dão origem à dicotomia entre a sorte e o azar. Consequentemente, surge a necessidade de recorrer a mecanismos de salvaguarda, predominantemente de natureza religiosa, com o intuito de garantir uma boa navegação, a chegada a bom porto ou o sucesso de uma pescaria (Nunes, 2019, p. 175).

Neste quadro conceptual, os ex-votos marítimos constituem uma das expressões mais emblemáticas de devoção e de gratidão face à intervenção divina. A hostilidade e a instabilidade intrínsecas ao meio acima mencionadas, fomentavam o surgimento destas manifestações. Estas representações artísticas e documentais, que

1 A paisagem marítima de poder, assente na defesa fortificada da costa, é uma das dimensões mais marcantes do litoral cascalense.



3. Ex-voto marítimo dedicado a Nossa Senhora dos Navegantes que figurava na capela do Hospício de Cascais e está atualmente patente na sala de exposições "Gentes do Mar de Cascais – Pescarias" do Museu do Mar de Cascais | CMC/MMRDC-92-08-01

espelham a mundividência religiosa de mareantes e pescadores, têm como propósito testemunhar o resgate de tripulações ou a salvaguarda de bens em situações de sinistro marítimo, atribuídos à intercessão de figuras tutelares. Para Luís Chaves (1970, p. 73) "o «ex-voto» representa as duas fases ou dois tempos de certo acontecimento: a adição de quem se encontra na iminência de perdição e faz voto, ou seja, promessa ao Céu em troca de salvamento; e, livre do perigo, o cumprimento do ex-voto, por meio de memória visual do acontecimento feliz". Em Cascais existem vários destes exemplares de demonstração de agradecimento à intervenção do poder divino, pelos menos desde o século XVII (Freire, 2012, p. 72; Encarnação e Dias, 2004).

CASCAIS: DA COMUNIDADE PISCATÓRIA À VILA TURÍSTICA – UMA PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA EM TRANSFORMAÇÃO E A SUA IMATERIALIDADE

A história de Cascais tem sido frequentemente descrita através de duas imagens aparentemente antagónicas: a pequena comunidade piscatória, que durante séculos viveu da exploração dos recursos marinhos; e a elegante vila balnear que, a partir da segunda metade do século XIX, passou a acolher a Família Real, a aristocracia e, mais tarde, o turismo nacional e internacional. Embora historicamente corretas, estas duas narrativas tendem a apresentar-se como momentos distintos e quase estanques de um processo evolutivo. Todavia, quando observadas à luz do conceito de paisagem cultural marítima, revelam-se antes como diferentes camadas de uma mesma construção histórica, onde as sucessivas formas de relação entre a comunidade e o mar se sobrepõem sem se anularem.

Mais do que uma mudança de vocação económica, a transformação de Cascais correspondeu a uma profunda reconfiguração da forma de habitar o litoral. Alteraram-se os usos do espaço costeiro, os ritmos quotidianos, os significados atribuídos ao oceano e as práticas culturais que estruturavam a vida coletiva. Contudo, muitas dessas práticas não desapareceram, adaptaram-se, foram reinterpretadas ou permaneceram inscritas na memória coletiva, continuando a conferir identidade ao território.

A enseada que deu origem à comunidade

A localização geográfica de Cascais explica, em grande medida, o seu desenvolvimento histórico. A enseada, naturalmente abrigada dos ventos dominantes, oferecia condições favoráveis ao fundeadouro de embarcações e ao exercício da pesca costeira, constituindo um ponto estratégico na aproximação marítima a Lisboa (Souto, *et al*, 2009, p. 16; Blot, 2003, p. 56). Desde a Idade Média que as fontes documentais referem a importância das atividades piscatórias e do abastecimento de pescado à capital, realidade amplamente documentada na historiografia local (Henriques, 2023, p. 72).



4. Pescador remendando redes na Praia da Ribeira, c. 1950 | AHMCSC/AFTG/CAP/A/035



5. Pescadores alcatroando as obras vivas de embarcação na Praia da Ribeira, c. 1930 AHMCSC/AFTG/CAM/A/00951

A organização da vila fazia-se em estreita dependência do mar. As praias não eram espaços de recreio, mas locais de trabalho onde diariamente se varavam embarcações, se reparavam redes, se secavam artes de pesca e se comercializava o pescado acabado de chegar. O porto natural constituía simultaneamente espaço económico, social e simbólico. Ali se cruzavam pescadores, calafates, carpinteiros navais, comerciantes, mulheres dedicadas à preparação e venda do peixe e crianças que, desde cedo, iniciavam a aprendizagem dos ofícios marítimos.

Esta realidade corresponde ao que Christer Westerdahl (1992) designa por «*Maritime Cultural Landscape*»: uma paisagem cuja identidade resulta da interação contínua entre elementos naturais e práticas humanas. A enseada, os promontórios, os baixios e as praias não possuíam significado apenas enquanto acidentes geográficos, eram lugares reconhecidos pela comunidade através dos usos que deles fazia, dos nomes que lhes atribuía e das memórias que neles acumulava.

O conhecimento necessário à sobrevivência desta comunidade era predominantemente empírico. A observação das correntes, da ondulação, dos ventos, das fases da lua e do comportamento das espécies piscícolas constituía um património de saberes transmitido oralmente entre gerações. Como refere Tim Ingold trata-se de um conhecimento incorporado na prática quotidiana, adquirido pela experiência direta e pelo contacto permanente com o ambiente, mais do que por aprendizagem formal (1993, p. 5).

Uma cultura moldada pelo mar

A economia da pesca produziu igualmente uma cultura própria. A linguagem utilizada pelos pescadores, a toponímia costeira, as técnicas de construção e manutenção das embarcações, as formas de cooperação entre companhas, as crenças relativas ao estado do mar e as devoções religiosas constituíam um sistema cultural coerente que organizava a vida da comunidade.

Importa sublinhar que este saber e esta forma de atuar não era entendido pelos seus protagonistas como património. Tratava-se simplesmente da forma normal de viver. O património imaterial nasce precisamente desta naturalidade do quotidiano. Os gestos repetidos, as técnicas aprendidas na infância, os percursos habituais ao longo da costa ou o reconhecimento imediato dos acidentes geográficos eram elementos inseparáveis da identidade coletiva.

É igualmente neste contexto que se compreende a forte ligação entre território e memória. Muitos dos topónimos tradicionais da costa cascalense remetem para acontecimentos, características geomorfológicas ou práticas piscatórias hoje parcialmente esquecidas. Cada rochedo, enseada ou baixio integrava uma verdadeira cartografia cultural conhecida pelos homens do mar, mas frequentemente invisível para quem observava a paisagem apenas a partir de terra (Freire, 2012, p. 62-65).



6. Praia da Ribeira, em Cascais, em dia de regata. Na embarcação à esquerda, encontram-se a Rainha D. Amélia e o Infante D. Manuel, enquanto, na da direita, se destacam o Rei D. Carlos e o Príncipe D. Luís Filipe. Ao fundo, o Casino da Praia | AHMCSC/AESP/CJSF/A/004

A chegada da Corte e a reinvenção do litoral

A instalação da residência de verão de D. Luís I em Cascais, consolidada na década de 1870 (Henriques, 2023, p. 144 e 152), constituiu um momento decisivo na história da vila. A presença regular da Família Real atraiu membros da aristocracia, da alta burguesia e representantes da vida política e cultural portuguesa, desencadeando um processo de transformação urbana, económica e social amplamente estudado pela historiografia local.

A novidade não residiu apenas na construção de novas residências ou equipamentos. Alterou-se profundamente o significado cultural do mar. Até então, o oceano era percecionado sobretudo como espaço de trabalho e subsistência, passando progressivamente a ser também entendido como lugar de contemplação, lazer, saúde e distinção social.

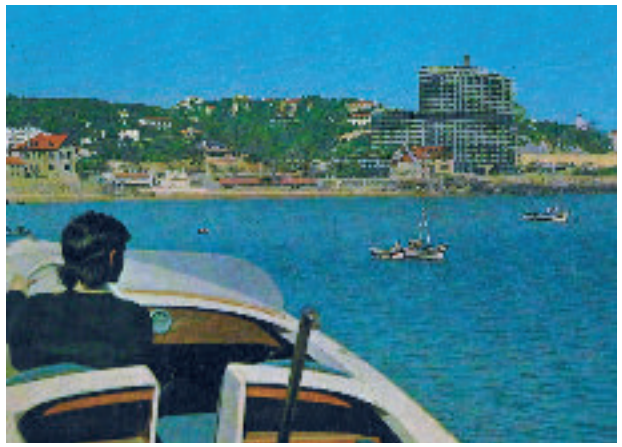
Esta mudança ilustra de forma exemplar que a paisagem não é uma realidade objetiva, mas uma construção cultural. O mesmo horizonte que os pescadores observavam para interpretar alterações meteorológicas passou a ser admirado pelas elites como elemento cénico. As praias anteriormente ocupadas por embarcações e

artes de pesca começaram a receber banhos de mar, passeios e práticas recreativas, acompanhando uma tendência europeia que valorizava as propriedades terapêuticas do ambiente marítimo.

Durante várias décadas coexistiram, assim, duas leituras distintas da mesma paisagem: para uns, o litoral continuava a ser essencialmente espaço produtivo; para outros, afirmava-se como lugar de lazer e sociabilidade. Esta coexistência contribuiu para a singularidade identitária de Cascais, onde tradição marítima e modernidade balnear se complementaram e influenciaram mutuamente.

O século XX e a transformação da paisagem cultural

Ao longo do século XX, o desenvolvimento dos transportes, a expansão urbana e a crescente importância do turismo aceleraram a transformação da vila. A pesca artesanal perdeu progressivamente o peso económico que detivera durante séculos, enquanto novas atividades associadas aos serviços, ao turismo e, mais recentemente, aos desportos náuticos passaram a dominar a relação quotidiana com o mar.



7. Panorâmica da Praia da Duquesa e do Hotel Estoril Sol, obtida a partir de barco a motor, c. 1970
AHMCSC/AESP/CJSF/A/183

Todavia, reduzir esta evolução a uma simples substituição de atividades económicas seria ignorar a persistência de múltiplas continuidades culturais. Muitas práticas tradicionais desapareceram de facto enquanto atividade profissional, mas permaneceram na memória coletiva, na gastronomia, nas festas religiosas, nas narrativas familiares e na imagem identitária da vila.

É precisamente neste período que o património marítimo começa a ser objeto de valorização institucional. A criação do Museu do Mar Rei D. Carlos, a recolha de modelos e exemplares à escala real de embarcações tradicionais, a investigação histórica desenvolvida e/ou apoiada pelo Município e a linha editorial de publicações relacionadas com a temática, revelam uma crescente consciência da importância de preservar não apenas os objetos ligados ao mar, mas também os saberes e as memórias das comunidades que lhes deram significado. Paradoxalmente, quanto mais a economia local se afastava da pesca tradicional, maior se tornava o reconhecimento do seu potencial patrimonial.

Permanências e reinvenções

A atual paisagem marítima de Cascais resulta da sobreposição destas diferentes temporalidades: o porto/fundeadouro de pesca convive com a Marina de Recreio e o Clube Náutico; antigas praias de trabalho acolhem hoje atividades balneares; embarcações tradicionais (poucas e pertença da edilidade) coexistem com modernos veleiros e embarcações de recreio. O litoral permanece intensamente vivido, embora segundo práticas profundamente distintas das que caracterizaram a vila durante séculos.

Neste contexto, importa evitar duas interpretações simplificadoras. A primeira consiste em considerar que a identidade marítima de Cascais desapareceu com o declínio da pesca artesanal. A segunda baseia-se no princípio de reduzir essa identidade a uma imagem turística construída sobre um passado idealizado. A realidade é mais complexa: a paisagem cultural marítima de Cascais continua a transformar-se. Novas práticas — o mergulho recreativo, a investigação científica, a vela, o surf, a fotografia de natureza, os percursos interpretativos do litoral, as atividades de preservação e proteção ambiental marinha, ou os projetos de valorização do património subaquático — acrescentam camadas de significado a uma relação histórica que permanece viva.

A paisagem não conserva apenas vestígios do passado, produz continuamente novos patrimónios. Compreender Cascais através do conceito de paisagem cultural marítima permite ultrapassar a oposição tradicional entre património material e património imaterial. As fortalezas, o porto, os faróis, as praias, as embarcações históricas ou os vestígios arqueológicos constituem apenas uma parte da herança marítima da vila. O seu significado depende das narrativas, dos saberes, das memórias, das práticas sociais e das formas de apropriação coletiva que lhes conferem sentido.

Mais do que um cenário costeiro preservado, Cascais representa um território onde sucessivas gerações construíram diferentes modos de ver, trabalhar, celebrar, narrar e recordar o mar. É essa continuidade da relação cultural com o oceano — continuamente reinventada, mas nunca interrompida — que constitui a verdadeira essência da sua paisagem cultural marítima. A passagem de comunidade piscatória a vila turística não levou, por isso, ao abandono da identidade marítima de Cascais. Significou antes a transformação das formas pelas quais essa identidade continua a ser produzida, transmitida e reinterpretada pelas comunidades que habitam, estudam e vivem o seu litoral.

O PATRIMÓNIO IMATERIAL MARÍTIMO DE CASCAIS: FORMAS DE HABITAR CULTURALMENTE O MAR

Se a paisagem cultural marítima constitui o resultado da interação histórica entre uma comunidade e o seu território costeiro, então o património cultural imaterial

representa a dimensão humana dessa paisagem. Não corresponde apenas ao conjunto de tradições transmitidas entre gerações, mas ao modo como uma comunidade compreende, interpreta e vive o mar. Trata-se de um património que não pode ser separado das pessoas que o produzem nem dos lugares onde se manifesta. É simultaneamente conhecimento, memória, prática quotidiana e identidade.

No caso de Cascais, esta dimensão assume particular relevância porque a profunda transformação económica e social ocorrida ao longo do último século não apagou a relação histórica da população com o oceano. Pelo contrário, essa relação foi sendo continuamente reinterpretada. Os saberes tradicionais da pesca coexistem hoje com novas práticas desportivas, científicas e patrimoniais; as narrativas dos antigos pescadores convivem com novas formas de apropriação do litoral; e o património subaquático acrescenta novas camadas de significado a uma paisagem que permanece culturalmente ativa.

Neste contexto, importa compreender o património imaterial não como um conjunto de manifestações isoladas, mas como um sistema cultural integrado.

Os saberes do mar

Entre todos os elementos do património imaterial marítimo, os saberes tradicionais ocupam um lugar central. Antes da generalização dos sistemas modernos de navegação, da meteorologia científica e das tecnologias de deteção de recursos marinhos, a sobrevivência das comunidades costeiras dependia de um conhecimento profundamente enraizado na observação continuada do ambiente.

O pescador não aprendia apenas uma profissão; aprendia uma forma de ler a paisagem marítima. A direção dos ventos, a textura da superfície do mar, a formação das nuvens, a cor da água, o comportamento das aves marinhas ou a intensidade das correntes constituíam sinais interpretados através da experiência acumulada. Este conhecimento era transmitido oralmente, frequentemente no contexto familiar, sendo progressivamente incorporado durante a participação nas atividades marítimas desde a infância.

Na perspetiva de Tim Ingold (2000, p. 416), estes saberes podem ser entendidos como resultado de um processo de aquisição de aptidões (*enskilment*): aprende-se através do fazer e do envolvimento continuado com o ambiente, num processo de progressivo desenvolvimento das capacidades de perceção e ação. Ou seja, o mar aprende-se vivendo-o. Esta leitura empírica do oceano moldou durante séculos a organização quotidiana da comunidade. Os ritmos de trabalho eram determinados pelas marés, pelas estações do ano e pela disponibilidade dos recursos piscatórios. O tempo natural e o tempo social confundiam-se.

A progressiva modernização das atividades marítimas reduziu a importância funcional de muitos destes conhecimentos. Todavia, a sua relevância patrimonial



8. Pormenor de desdobrável e publicidade aos pesqueiros entre Cascais e o Guincho | AHMCSC/AESP/CJSF/H/ 175



9. Pescadores reparando redes em frente ao Hotel Baía, 1989 | AHMCSC/AESP/CJSF/A/CAS/174

permanece intacta. Constituem um património cognitivo que testemunha formas historicamente construídas de compreender o ambiente costeiro.

A linguagem do mar

Todas as comunidades marítimas desenvolvem linguagens próprias. O vocabulário técnico da pesca, as designações das embarcações, os nomes atribuídos aos ventos, aos baixios, às correntes ou aos acidentes costeiros constituem muito mais do que simples instrumentos de comunicação. Representam uma cartografia cultural do território.

A toponímia costeira de Cascais conserva numerosos testemunhos desta relação histórica. Muitos nomes atualmente utilizados pelos mergulhadores, pescadores e navegadores remetem para acontecimentos antigos, características geológicas ou práticas piscatórias entretanto desaparecidas. A pesca de moluscos e de peixes no sublitoral está registada nos topónimos. Ponta da Moura, Roxo Negro, Queixo Ruivo, Mexilhoeiro, Serrão, Boca d'Asno, Ponta do Sargo. O topónimo Carreira das Escamas, Corda, Carreira dos Polvos, Ponta da Seda (...) aponta para locais de pesqueiros, com ou sem arrasto. A recordação dos naufrágios também está presente: Queijo, Moedas, Ponta do Cascavel, Ponta das Bacias, Praia da Galé, Ponta Gata, Margarida, Ponta do Navio, Ponta do Melissa, Nau de Pratas, Espinhaço do Cão, Enseada da Maceira, Saco do Trigo e Pedra da Nau (Freire, 2012, p. 62 e 63).

O território torna-se, deste modo, um arquivo linguístico onde permanecem inscritas sucessivas camadas de memória coletiva. As expressões populares associadas ao mar constituem igualmente uma forma de património imaterial. Reúnem observações meteorológicas, ensinamentos empíricos e interpretações simbólicas da natureza. Muitas sobreviveram ao desaparecimento das atividades que lhes deram origem, permanecendo integradas na identidade linguística local. Neste sentido, a linguagem não descreve simplesmente a paisagem: participa ativamente na sua construção cultural.

Gestos, técnicas e conhecimento incorporado

Grande parte do património marítimo não pode ser reduzido a objetos materiais. As embarcações, as redes ou os instrumentos de pesca apenas adquirem significado através dos gestos necessários à sua utilização. Reparar uma rede, coser uma vela, construir um cabo, interpretar a tensão de uma amarra ou equilibrar uma embarcação durante a rebentação constituem conhecimentos corporais cuja transmissão depende essencialmente da observação e da repetição.

Este património gestual é particularmente vulnerável porque desaparece rapidamente quando deixam de existir comunidades capazes de o praticar. A documentação escrita dificilmente consegue reproduzir a complexidade destes movimentos,



10. Batismo de embarcação, 1938 | AHMCSC/AASS/CNC/C-C/008/006

tornando particularmente importante o recurso ao registo audiovisual, à história oral e, sempre que possível, à continuidade das próprias práticas. Sob esta perspetiva, a paisagem cultural marítima inclui igualmente os corpos que historicamente aprenderam a relacionar-se com o mar.

O mar sagrado: devoções, rituais e proteção

A imprevisibilidade do oceano produziu, ao longo dos séculos, um vasto conjunto de manifestações religiosas e simbólicas. As procissões marítimas, as promessas, os ex-votos e a devoção a santos protetores constituem respostas culturais ao risco permanente associado à navegação e à pesca.

Em Cascais, como noutras comunidades costeiras portuguesas, estas manifestações desempenharam um importante papel agregador. Mais do que simples práticas religiosas, constituíam momentos de reforço da coesão comunitária e de transmissão intergeracional de valores associados ao mar.

Mesmo quando determinadas práticas perderam a sua função original, continuam a integrar a memória coletiva e a identidade local, demonstrando que o património imaterial não depende exclusivamente da continuidade das atividades económicas que lhe deram origem.

Gastronomia: memória comestível da paisagem marítima

A gastronomia representa uma das formas mais evidentes de persistência da relação entre comunidade e território. Os pratos tradicionais de peixe, os métodos de conservação, a sazonalidade do consumo e as formas de preparação refletem séculos de adaptação aos recursos disponíveis e às condições ambientais.

Importa, contudo, evitar uma leitura meramente culinária. A gastronomia constitui um sistema de conhecimento onde convergem economia, ecologia, sociabilidade e memória. Cada receita preserva informação sobre espécies capturadas, técnicas de conservação, ritmos de trabalho e formas de organização familiar. Comer constitui também uma forma de recordar o mar.

Memória oral e património narrativo

Nenhuma paisagem cultural subsiste sem narrativa. As histórias de tempestades, os relatos de naufrágios, os episódios de salvamento, as lendas costeiras e as recordações familiares constituem uma dimensão essencial da identidade marítima.

Em Cascais, a memória oral assume especial importância porque permite recuperar aspetos da vida quotidiana que raramente ficaram registados na documentação escrita. Os testemunhos dos antigos pescadores, dos mestres de embarcação, das mulheres ligadas ao comércio do peixe ou dos trabalhadores do porto oferecem uma perspetiva insubstituível sobre a experiência humana do litoral. Importa reconhecer que estas narrativas não transmitem apenas factos históricos. Transmitem formas de interpretar o mundo. Cada história contribui para construir uma determinada perceção da paisagem marítima.

A paisagem sensorial

Existe finalmente uma dimensão do património imaterial frequentemente esquecida: a experiência sensorial. O cheiro das algas, o sal transportado pelo vento, o som das gaivotas, o ranger das embarcações, o bater das ondas contra as rochas, a textura das redes molhadas ou a luminosidade muito particular da baía de Cascais, especialmente ao nascer do dia, constituem elementos que participam na construção da identidade do lugar.

Estas experiências dificilmente podem ser musealizadas. No entanto, permanecem profundamente enraizadas na memória daqueles que viveram junto ao mar. A paisagem cultural marítima não é apenas aquilo que se vê. É também aquilo que se ouve, se cheira, se toca e se recorda.

É precisamente nesta dimensão sensorial que património material e património imaterial se tornam inseparáveis. Um porto vazio continua a possuir significado



11. Chegada da Procissão à Praia da Ribeira e seguinte bênção, vendo-se as barcas das armações à valenciana com as vergas ao alto, embandeiradas em sinal festivo, 1942
AHMCSC/AFTG/CAM/A/00457

porque conserva a memória dos sons que outrora o caracterizavam. Uma praia permanece culturalmente reconhecível porque evoca práticas que a transformaram ao longo de gerações.

DESAFIOS AO PATRIMÓNIO IMATERIAL: ENTRE A MEMÓRIA E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA

A paisagem cultural marítima nunca constitui uma realidade estática. Como qualquer construção social, resulta de um processo contínuo de adaptação às mudanças económicas, políticas, ambientais e culturais. O património imaterial que dela emerge não corresponde, por isso, a um conjunto de tradições cristalizadas, mas antes a um sistema vivo de práticas e significados em permanente transformação.

Esta constatação coloca uma questão fundamental para a salvaguarda patrimonial: o que deve ser preservado quando aquilo que caracteriza uma comunidade é precisamente a sua capacidade de mudar?

No caso de Cascais, esta interrogação assume particular relevância. Nas últimas décadas, a profunda reconfiguração social e urbana da vila alterou significativamente a relação da comunidade com o mar. A internacionalização da economia, a crescente pressão imobiliária, o desenvolvimento do turismo, a terciarização das atividades económicas e a transformação dos modos de vida produziram inevitáveis consequências sobre a paisagem cultural marítima.

Estas mudanças não representam necessariamente uma perda da identidade marítima. Contudo, obrigam a refletir sobre as formas como o património imaterial continua a ser produzido, apropriado e transmitido numa comunidade profundamente diferente daquela que o originou.

Gentrificação e substituição da comunidade marítima

Ao longo da sua história, Cascais conheceu sucessivas transformações demográficas. Todavia, nenhuma terá sido tão intensa como a verificada nas últimas décadas. O crescente valor imobiliário da frente marítima, associado à atratividade turística e residencial da vila, desencadeou processos de gentrificação que alteraram profundamente a composição social da população residente.

A substituição gradual de comunidades envelhecidas tradicionalmente ligadas ao mar por novos residentes, frequentemente desvinculados das atividades marítimas, constitui um fenómeno comum em numerosos centros históricos costeiros europeus. Em Cascais, este processo traduz-se não apenas na alteração dos usos habitacionais, mas também na progressiva transformação das formas de sociabilidade e dos mecanismos de transmissão do património imaterial.

O património cultural imaterial depende da existência de comunidades que o pratiquem. Não se transmite exclusivamente através de documentos, museus ou inventários; transmite-se sobretudo pela convivência quotidiana, pela aprendizagem informal e pela participação em práticas coletivas. Quando estas comunidades diminuem ou desaparecem, rompe-se parcialmente a cadeia de transmissão que permitia a continuidade dos saberes.

Importa, contudo, evitar interpretações simplistas. A gentrificação não implica inevitavelmente o desaparecimento do património cultural. Pode igualmente originar novas formas de valorização e de apropriação da herança marítima. O verdadeiro desafio consiste em assegurar que esta valorização não substitui a memória das comunidades que historicamente construíram essa paisagem. Mais do que conservar edifícios ligados à atividade marítima, importa preservar as relações sociais que lhes conferem significado.

A turistificação[2] da frente marítima

A transformação de Cascais num dos mais valorizados destinos turísticos portugueses constitui um dos fenómenos mais marcantes da sua história contemporânea. O turismo chegou conjuntamente com o investimento na recuperação urbana, valorização do património arquitetónico e uma crescente projeção internacional da vila.

Todavia, como sucede em muitos territórios costeiros, o turismo produz igualmente novas leituras da paisagem marítima. O litoral tende a ser reorganizado em função das expectativas dos visitantes: as praias tornam-se espaços predominantemente recreativos; os antigos portos de trabalho adquirem funções culturais ou de lazer; os percursos costeiros são reinterpretados como itinerários paisagísticos; e o mar transforma-se progressivamente num recurso estético e experiencial.

Esta transformação não deve ser entendida como um fenómeno exclusivamente negativo. A valorização turística pode contribuir para a preservação do património e para o reforço da consciência pública sobre a importância da herança marítima. Contudo, coloca igualmente novos desafios.

Existe o risco de a paisagem ser progressivamente interpretada apenas enquanto cenário, dissociando-se das práticas e das comunidades que historicamente lhe deram significado. O visitante observa frequentemente o resultado da paisagem, mas dificilmente reconhece os processos históricos que a produziram. A beleza da baía, dos portos ou das praias tende a ocultar séculos de trabalho, risco,

2 O conceito de turistificação exprime a expansão significativa e hegemónica do turismo num território, quer do ponto de vista da oferta de serviços e equipamentos, incluindo alojamento nas várias modalidades, quer do ponto de vista da procura da cidade como destino para viagens de recreio, pressionando a capacidade de carga turística desse território.

conhecimento e adaptação ao ambiente marítimo. A paisagem transforma-se, assim, num produto cultural consumível, perdendo parte da sua espessura histórica.

A transformação da pesca tradicional

Poucas atividades ilustram tão claramente a dinâmica das paisagens culturais marítimas como a pesca. Durante séculos, a pesca artesanal estruturou a economia e a organização social da vila de Cascais. O seu declínio não resulta de um único fator, mas da conjugação de múltiplas transformações: evolução tecnológica, alterações dos mercados, políticas de gestão dos recursos, mudanças nos padrões de consumo, envelhecimento da população piscatória e crescente dificuldade de renovação geracional.

Este fenómeno é frequentemente interpretado como uma perda patrimonial. Todavia, importa distinguir entre desaparecimento de determinadas práticas e transformação da cultura marítima. As comunidades adaptam-se continuamente às novas circunstâncias. Muitos conhecimentos tradicionais permanecem ativos, embora aplicados em contextos diferentes. Outros sobrevivem através da memória oral, da documentação histórica, da investigação científica ou das iniciativas de valorização patrimonial.

O património cultural imaterial não corresponde apenas à continuidade integral das atividades económicas. Corresponde igualmente à capacidade de conservar os conhecimentos produzidos por essas atividades e de lhes atribuir novos significados. Neste sentido, os programas de educação patrimonial, os projetos de recolha da história oral ou a documentação das técnicas tradicionais – de pesca ou construção naval – constituem hoje formas contemporâneas de continuidade da cultura marítima.

A paisagem cultural não deixa de existir quando muda: continua a produzir património através de novos processos de interação entre comunidade e território.

Entre a autenticidade e a musealização da memória

Talvez o maior desafio contemporâneo colocado ao património imaterial resida na crescente tendência para transformar a memória em espetáculo. À medida que determinadas práticas tradicionais desaparecem do quotidiano, aumenta frequentemente o interesse em recriá-las para fins turísticos, educativos ou culturais. Procissões, feiras, mercados tradicionais, preservação de embarcações históricas, demonstrações de ofícios ou festivais gastronómicos desempenham um importante papel na divulgação da herança marítima. Contudo, colocam inevitavelmente uma questão de autenticidade.

Quando uma tradição deixa de responder às necessidades da comunidade que a produziu e passa a ser organizada principalmente para observadores externos, altera-se inevitavelmente o seu significado. Laurajane Smith (2006, p. 1-3) recorda

que o património não reside somente nos objetos nem nas práticas em si mesmas, mas nos significados que as comunidades lhes atribuem. A autenticidade não depende da reprodução rigorosa de um determinado gesto ou ritual, mas da permanência das relações sociais que lhes conferem sentido.

Isto não significa que todas as formas de recriação patrimonial sejam artificiais. Pelo contrário, muitas iniciativas contribuem decisivamente para a salvaguarda da memória coletiva. O problema surge quando a representação substitui completamente a experiência vivida. Uma embarcação tradicional exposta num museu conserva enorme valor patrimonial. Todavia, esse valor torna-se incomparavelmente mais rico quando associado às histórias dos seus construtores, aos testemunhos dos pescadores que a utilizaram ou ao conhecimento técnico necessário para a sua construção e manutenção. Assim, consideramos que o património imaterial não pode, nem deve, ser reduzido à encenação do passado.

O desafio da autenticidade numa paisagem em permanente mudança

Nenhuma comunidade permanece igual ao longo da história. Também a comunidade piscatória de Cascais conheceu profundas mudanças muito antes da afirmação do turismo contemporâneo. Novas embarcações substituíram modelos anteriores; diferentes artes de pesca foram sendo adotadas; práticas religiosas modificaram-se; formas de organização social evoluíram.

A autenticidade de uma paisagem cultural marítima não reside, portanto, na conservação imutável de um determinado momento histórico. Reside antes na continuidade da relação cultural entre comunidade e território. É precisamente esta perspetiva que permite compreender o património imaterial como um fenómeno dinâmico. A paisagem cultural continua viva porque continua a ser habitada, interpretada e transformada. Neste sentido a oposição frequentemente estabelecida entre autenticidade e transformação merece, contudo, ser relativizada.

UMA VISÃO PARA O PATRIMÓNIO IMATERIAL: SALVAGUARDAR A CONTINUIDADE DA PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA

Ao longo do texto procurou-se demonstrar que o património cultural imaterial não constitui um conjunto de tradições isoladas nem um inventário de práticas herdadas do passado. É antes a expressão viva da relação entre uma comunidade e o território que habita. No caso de Cascais, essa relação desenvolveu-se inicialmente em torno do mar, produzindo uma paisagem cultural marítima onde memória, conhecimento, identidade e experiência se entrelaçam de forma indissociável.

Esta perspetiva obriga igualmente a repensar as estratégias de salvaguarda. Durante muito tempo, as políticas patrimoniais privilegiaram a conservação de objetos,

edifícios ou monumentos. Contudo, quando o património reside sobretudo em saberes, práticas sociais, narrativas e formas de viver o território, preservar significa algo diferente. Significa garantir condições para que essas relações culturais possam continuar a produzir significado.

A salvaguarda do património imaterial não consiste, portanto, em impedir a mudança, consiste antes em assegurar que a mudança não rompe a continuidade cultural entre as comunidades e o seu território.

Sustentabilidade cultural: preservar processos, não apenas resultados

O conceito de sustentabilidade é habitualmente associado à conservação dos recursos naturais. Todavia, também as culturas possuem condições ecológicas próprias de sobrevivência. Uma comunidade apenas consegue transmitir o seu património quando dispõe de espaços, práticas e contextos sociais que permitam essa transmissão.

A sustentabilidade cultural implica, por isso, uma visão de longo prazo. Não basta proteger manifestações consideradas emblemáticas; importa preservar os processos que lhes dão origem. No contexto marítimo, isto significa reconhecer que o património imaterial depende da permanência de uma relação ativa com o mar.

A continuidade da pesca artesanal, sempre que economicamente viável, a valorização dos pequenos portos, a manutenção dos estaleiros tradicionais, o apoio às atividades marítimas locais ou a preservação da acessibilidade pública ao litoral não constituem apenas medidas económicas ou urbanísticas. São igualmente políticas de património. Neste sentido, a paisagem cultural marítima deve ser entendida como um ecossistema cultural, onde património material, património natural e património imaterial são mutuamente dependentes.

Educação patrimonial: aprender a ler a paisagem

Nenhum património sobrevive se deixar de ser compreendido. A educação patrimonial representa hoje um dos instrumentos mais importantes para assegurar a continuidade da relação entre comunidade e território. Contudo, esta educação não deve limitar-se à transmissão de informação histórica. Deve procurar desenvolver a capacidade de interpretar criticamente a paisagem.

Aprender a reconhecer antigas zonas de pesca, compreender a função histórica de um porto, interpretar a evolução da linha de costa ou identificar os vestígios das atividades marítimas constitui uma forma de "literacia patrimonial". Neste domínio, Cascais possui condições particularmente favoráveis. O seu património distribui-se por todo o território: fortalezas, faróis, praias, marinas, antigas infraestruturas



12. "Viveiro da Maria Helena", de 1944, junto ao Cabo Raso em 2025 | CMCSC/DPHC

piscatórias, museus, património cultural subaquático e paisagens naturais formam um verdadeiro laboratório de educação patrimonial ao ar livre. A paisagem deixa, assim, de ser apenas observada para passar a ser lida.

Os arquivos orais: preservar as vozes da comunidade

Entre os patrimónios mais vulneráveis encontram-se aqueles que nunca foram escritos. Grande parte da experiência das comunidades marítimas permanece apenas na memória das pessoas que viveram diretamente determinadas práticas. O desaparecimento progressivo das gerações ligadas à pesca tradicional e à construção naval tradicional representa igualmente o desaparecimento de um vasto património de conhecimento dificilmente recuperável através da documentação escrita.

A constituição sistemática de arquivos orais deverá, por isso, assumir um papel central nas políticas patrimoniais. Mais do que recolher episódios biográficos, importa documentar formas de conhecimento: como se interpretava o estado do mar; como se escolhiam os pesqueiros; como se aprendiam os ofícios; como se construíam

embarcações; quais eram os ritmos do trabalho; quais os medos, as crenças e as estratégias de adaptação ao oceano. A gravação destas memórias permite preservar não apenas informação histórica, mas também modos de pensar e de sentir o território marítimo. Neste contexto, o património oral constitui simultaneamente fonte histórica, instrumento científico e legado cultural.

A comunidade como protagonista

A Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) introduziu uma mudança decisiva ao reconhecer que as comunidades constituem os principais agentes da salvaguarda do seu património. Esta perspetiva rompe com modelos patrimoniais excessivamente centrados nas instituições. Nenhum inventário, museu ou classificação pode substituir a participação ativa daqueles que continuam a produzir cultura.

No caso da paisagem cultural marítima, isto significa envolver pescadores, mergulhadores, associações náuticas, investigadores, escolas, operadores marítimos, moradores e restantes utilizadores do litoral na construção das políticas patrimoniais. A participação comunitária não representa apenas um mecanismo de consulta. Constitui uma forma de produção de conhecimento. As comunidades conhecem dimensões da paisagem frequentemente invisíveis para os investigadores externos: antigos percursos, designações tradicionais, memórias de acontecimentos, práticas quotidianas e relações afetivas com determinados lugares. Integrar este conhecimento significa reconhecer que a gestão do património é igualmente um processo de construção coletiva.

Novas formas de transmissão

Durante séculos, o património imaterial transmitiu-se predominantemente através da convivência familiar e da participação direta nas atividades quotidianas. Hoje, muitos desses contextos desapareceram ou transformaram-se profundamente. A continuidade do património depende, por isso, da criação de novos mecanismos de transmissão.

As tecnologias digitais oferecem possibilidades inéditas. O registo audiovisual de técnicas tradicionais, a documentação tridimensional do património náutico e subaquático, os percursos interpretativos apoiados em aplicações móveis de realidade aumentada, os arquivos digitais e as plataformas colaborativas permitem preservar e divulgar conhecimentos anteriormente difíceis de documentar. Todavia, estas tecnologias não substituem a experiência.

O património imaterial aprende-se sobretudo através da participação. Daí a importância de oficinas e programas escolares, projetos participativos de cidadania,

visitas guiadas, demonstrações de técnicas tradicionais e iniciativas que promovam o contacto direto entre diferentes gerações.

No caso de Cascais, projetos em curso como o registo fotogramétrico de sítios arqueológicos e a sua apresentação em realidade aumentada, a criação de parques arqueológicos subaquáticos visitáveis e a crescente valorização do património marítimo, demonstram que a inovação tecnológica pode constituir uma poderosa ferramenta de transmissão cultural, aproximando novos públicos de um património que durante muito tempo permaneceu inacessível.

O papel dos municípios: gestores da continuidade cultural

Entre todas as instituições públicas, os municípios ocupam uma posição particularmente privilegiada na salvaguarda do património imaterial. A sua proximidade às comunidades, a responsabilidade pelo ordenamento do território, a gestão dos equipamentos culturais e a capacidade de promover projetos educativos colocam-nos numa posição única para articular património, cultura, ambiente e desenvolvimento local.

O papel do município ultrapassa, contudo, a conservação do património existente. Cabe-lhe igualmente criar condições para que novas formas de cultura marítima possam emergir. Uma vez mais, em Cascais, esta estratégia encontra já expressão em múltiplas iniciativas: valorização do património arqueológico subaquático, apoio à investigação científica, promoção do Museu do Mar Rei D. Carlos, recuperação do património fortificado, educação ambiental, programas escolares ligados ao oceano e desenvolvimento de projetos de interpretação do litoral.

Estas iniciativas demonstram que a gestão da paisagem cultural marítima não consiste apenas em preservar o passado. Consiste igualmente em criar oportunidades para que a comunidade continue a construir novas relações culturais com o mar.

Uma paisagem para o futuro

A paisagem cultural marítima de Cascais resulta de séculos de interação entre comunidade e oceano. Ao longo desse percurso, transformaram-se embarcações, técnicas, atividades económicas, formas de habitar o litoral e modos de compreender o mar. Mudou igualmente a própria comunidade.

Contudo, permaneceu constante um elemento essencial: a capacidade de produzir cultura a partir dessa relação. É precisamente essa continuidade que importa salvaguardar. O património imaterial não constitui uma memória fossilizada, nem um conjunto de tradições destinadas a reproduzir indefinidamente o passado. É um património em permanente construção, aberto à inovação e à mudança, mas profundamente enraizado na experiência histórica das comunidades.

Talvez seja essa a principal lição que Cascais oferece enquanto paisagem cultural marítima. O futuro da sua identidade não dependerá exclusivamente da conservação dos testemunhos materiais nem da recriação nostálgica de práticas desaparecidas. Dependerá sobretudo da capacidade de continuar a produzir novas formas de conhecimento, participação e pertença em torno do mar.

Mais do que preservar uma herança, trata-se de assegurar que o mar continua a ser um espaço de cultura. Porque uma paisagem cultural marítima só permanece viva enquanto existir uma comunidade capaz de lhe atribuir significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da paisagem cultural marítima implica muito mais do que conservar edifícios, embarcações ou infraestruturas. Significa preservar a possibilidade de continuar a produzir experiências, narrativas e formas de relação com o mar.

O património imaterial marítimo de Cascais deve ser entendido como um sistema vivo, permanentemente reinterpretado pelas sucessivas gerações. A sua salvaguarda não consiste em congelar tradições, mas em assegurar que a relação cultural entre comunidade e mar continua a produzir novos significados, incorporando simultaneamente a memória da pesca artesanal, a investigação científica, o património cultural subaquático, os desportos náuticos e as múltiplas formas contemporâneas de habitar o litoral. É nesta continuidade dinâmica que reside a verdadeira essência da paisagem cultural marítima.

Os desafios que hoje se colocam ao património imaterial de Cascais não decorrem apenas da perda de determinadas atividades tradicionais. Decorrem sobretudo da necessidade de assegurar que as profundas transformações económicas e sociais não rompem a continuidade da relação cultural entre a comunidade e o mar.

A gentrificação, a turistificação, a transformação da pesca e a crescente patrimonialização da memória constituem fenómenos complexos, simultaneamente portadores de riscos e de oportunidades. A resposta não deverá consistir na tentativa de reconstruir artificialmente uma comunidade marítima desaparecida, nem na consolidação de práticas descontextualizadas.

O verdadeiro desafio consiste em reconhecer que a paisagem cultural marítima é um processo e não um produto. Preservar o património imaterial significa garantir que o mar continua a ser vivido como espaço de conhecimento, memória, identidade e participação coletiva. É precisamente nessa capacidade de produzir continuamente novos significados, sem perder a consciência das suas raízes históricas, que deve residir a autenticidade da paisagem cultural marítima de Cascais. Ela não pertence exclusivamente ao passado: constitui um património em permanente construção, cuja preservação depende tanto da memória das gerações anteriores como da criatividade e do compromisso das comunidades que hoje habitam o litoral.

Como se salvaguarda um património que, por definição, está permanentemente a mudar?

A paisagem cultural marítima como património vivo

Ao longo deste artigo procurou-se demonstrar que o património cultural imaterial pode ser compreendido de forma particularmente fecunda através do conceito de paisagem cultural marítima. Mais do que um simples enquadramento territorial, a paisagem revelou-se um sistema complexo de relações entre comunidade, ambiente, memória e cultura, onde práticas, saberes, narrativas e formas de vida se sedimentam ao longo do tempo.

Esta perspetiva permite ultrapassar uma leitura fragmentada do património. Em vez de considerar isoladamente embarcações tradicionais, gastronomia, devoções religiosas, técnicas de pesca, toponímia ou memória oral, torna-se possível compreendê-las como manifestações de uma única realidade cultural: a forma historicamente construída de habitar o mar.

Em Cascais esta leitura revela-se particularmente pertinente. A evolução da vila, desde pequena comunidade piscatória até moderno centro turístico e cultural, não significou uma rutura com a sua identidade marítima. Representou antes uma sucessiva transformação das formas pelas quais essa identidade foi sendo produzida e reinterpretada.

O mar permaneceu como elemento estruturante da comunidade, ainda que os seus significados se tenham alterado profundamente. Se outrora constituía sobretudo espaço de subsistência, risco e trabalho, hoje integra igualmente dimensões ligadas ao lazer, à investigação científica, ao turismo, ao desporto, à educação ambiental e à valorização patrimonial. Esta diversidade confirma que a paisagem cultural marítima não corresponde à preservação de um passado imutável, mas à capacidade permanente de produzir novos significados a partir de uma relação histórica com o território.

A paisagem marítima como memória coletiva

Uma das principais conclusões consiste no reconhecimento da paisagem marítima como um verdadeiro arquivo de memória coletiva. Ao longo de séculos, sucessivas gerações inscreveram no litoral de Cascais marcas materiais e imateriais que continuam a estruturar a identidade local. As praias onde outrora se varavam embarcações, os antigos percursos de acesso ao mar, a toponímia costeira, os portos, as fortalezas, os faróis, os estaleiros, os lugares de pesca e até os naufrágios que permanecem submersos constituem testemunhos de experiências humanas acumuladas.

Todavia, essas marcas apenas adquirem pleno significado quando interpretadas à luz das práticas culturais que lhes deram origem. A paisagem não conserva

apenas vestígios físicos; conserva também memórias, narrativas, conhecimentos e formas de perceção que continuam a influenciar a relação contemporânea da comunidade com o oceano. Neste sentido, a paisagem marítima não representa apenas um cenário histórico. Constitui um espaço onde diferentes tempos coexistem, permitindo que o passado permaneça ativo através da memória coletiva.

O património imaterial como relação viva

Uma segunda conclusão decorre diretamente da primeira. O património cultural imaterial não deve ser entendido como um conjunto de tradições preservadas por inércia histórica. Pelo contrário, constitui uma realidade dinâmica, produzida continuamente pela interação entre comunidade e território.

A autenticidade do património não reside na repetição exata de práticas antigas, mas na continuidade das relações culturais que lhes conferem significado. Esta perspetiva permite ultrapassar a frequente oposição entre tradição e modernidade. Novas atividades marítimas, novas formas de investigação científica, novas tecnologias de documentação do património ou novos modos de fruição do litoral não representam necessariamente uma ameaça à identidade marítima de Cascais. Podem, pelo contrário, constituir novas expressões dessa mesma identidade.

A cultura marítima nunca foi estática. Transformou-se ao longo de toda a história da vila e continuará inevitavelmente a transformar-se. O verdadeiro património reside precisamente nessa capacidade de adaptação.

Preservar formas de vida

Uma consequência particularmente relevante desta abordagem prende-se com a própria definição das políticas patrimoniais. Se o património imaterial resulta das formas como uma comunidade vive o território, então a sua salvaguarda não poderá limitar-se à conservação de objetos, edifícios ou coleções museológicas.

Importa preservar as condições sociais, culturais e educativas que permitem às comunidades continuar a produzir património. Preservar uma embarcação tradicional é importante; preservar os conhecimentos necessários para a construir, navegar e interpretar constitui um desafio ainda maior. Conservar um porto histórico possui elevado valor patrimonial; assegurar que esse porto permanece integrado na vida da comunidade representa uma responsabilidade acrescida. Documentar uma técnica tradicional é indispensável; criar oportunidades para que novas gerações a conheçam, experimentem e reinterpretem constitui talvez a forma mais eficaz de garantir a sua continuidade.

A paisagem cultural marítima ensina-nos, assim, que preservar património significa, antes de tudo, preservar relações.

Novos desafios para a investigação

A reflexão aqui desenvolvida não pretende esgotar o tema. Pelo contrário, pretende estabelecer um primeiro patamar de conhecimento e abrir diversas linhas de investigação que poderão aprofundar a compreensão da paisagem cultural marítima de Cascais. Entre elas destaca-se a necessidade de desenvolver inventários sistemáticos do património cultural imaterial marítimo, integrando saberes tradicionais, memória oral, cartografia histórica, toponímia, práticas religiosas, gastronomia, técnicas artesanais e documentação audiovisual.

Importa igualmente aprofundar a relação entre património subaquático e património imaterial. Os naufrágios históricos existentes ao largo de Cascais — entre os quais se destaca o clipper *Thermopylae* (1907) — não constituem apenas testemunhos materiais da navegação. São também lugares de memória capazes de gerar novas narrativas, novas formas de participação comunitária e novos processos de valorização cultural.

Do mesmo modo, o recurso às tecnologias digitais — designadamente ao registo fotogramétrico, à modelação tridimensional, à realidade aumentada e aos arquivos digitais colaborativos — abre possibilidades inéditas para documentar, interpretar e transmitir património cuja natureza efémera sempre dificultou a sua preservação. Estas linhas de investigação sugerem que a paisagem cultural marítima poderá constituir um conceito agregador capaz de aproximar disciplinas ainda por vezes separadas, como a arqueologia, a antropologia, a história, a geografia, a arquitetura da paisagem, as ciências do mar e os estudos do património.

Quando C. Westerdahl (1992) introduziu o conceito de Paisagem Cultural Marítima, procurou demonstrar que o património marítimo não se limitava aos portos, embarcações ou infraestruturas costeiras. Incluía igualmente rotas, práticas sociais, crenças, memórias e conhecimentos acumulados pelas comunidades ao longo da sua relação com o mar.

Este artigo procurou dar um passo adicional nessa reflexão. Defendeu-se que a paisagem cultural marítima não constitui apenas o contexto onde o património imaterial existe. Constitui o próprio processo através do qual esse património é continuamente produzido, transformado e transmitido.

Em Cascais, esta realidade manifesta-se de forma particularmente evidente. O oceano continua a moldar a identidade da vila, não porque as práticas do passado permaneçam inalteradas, mas porque cada geração continua a encontrar novas formas de compreender, viver e atribuir significado ao mar.

Talvez seja essa a principal característica das paisagens culturais verdadeiramente vivas: não conservam apenas a memória das comunidades que as construíram; oferecem também às gerações futuras a possibilidade de continuar a escrevê-la.

Assim, preservar a paisagem cultural marítima de Cascais não significa procurar regressar a um passado idealizado, nem transformar a memória em espetáculo. Significa reconhecer que o património mais valioso da vila reside na continuidade da relação entre a comunidade e o oceano — uma relação feita de conhecimento, trabalho, criatividade, pertença e permanente reinvenção. Enquanto essa relação permanecer viva, também a paisagem cultural marítima de Cascais continuará a ser um património vivo.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O presente texto constitui uma proposta interpretativa aplicada ao caso de Cascais, procurando demonstrar a utilidade do conceito de Património Cultural Imaterial na compreensão da Paisagem Cultural Marítima. As conclusões apresentadas deverão, por isso, ser entendidas como um contributo para o debate, suscetível de ser aprofundado.

A investigação baseou-se predominantemente na revisão bibliográfica, na análise histórica e na experiência acumulada pelos autores no estudo do património marítimo e subaquático. Não integrou trabalho etnográfico sistemático, nem campanhas específicas de recolha de história oral, aspetos que poderão contribuir futuramente para um aumento exponencial do conhecimento.

Do mesmo modo, embora o artigo aborde bibliografia internacional sobre Paisagem Cultural Marítima, Património Cultural Imaterial e Estudos da Memória, não teve como objetivo proceder a uma comparação sistemática entre diferentes paisagens culturais marítimas. Essa perspetiva comparativa poderá contribuir para aprofundar e validar o modelo interpretativo aqui proposto.

Apesar destas limitações, considera-se que a análise desenvolvida demonstra a relevância da memória coletiva enquanto elemento mediador entre território e património, oferecendo uma leitura integrada das relações entre comunidade, oceano e cultura.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Município o apoio continuado ao desenvolvimento da investigação sobre o património cultural marítimo e arqueológico de Cascais, bem como a todas as instituições, investigadores, mergulhadores, pescadores e membros da comunidade local que, ao longo dos últimos anos, contribuíram para o conhecimento, valorização e preservação do mesmo.

Uma palavra de reconhecimento é igualmente devida às sucessivas gerações de homens e mulheres do mar que, através dos seus conhecimentos, práticas e memórias, construíram a Paisagem Cultural Marítima que hoje urge preservar e reconhecer como um dos mais importantes elementos identitários do concelho.

BIBLIOGRAFIA

BLOT, M. L. P. (2003). *Os portos na origem dos centros urbanos: Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal* (Trabalhos de Arqueologia, 28). Instituto Português de Arqueologia.

CARRETO, C. C. & FREITAS, J. G. & SARMENTO, C. (2020). Imaginários do mar: Uma quase antologia. In C. C. Carreto, J. G. Freitas, C. Sarmento, & L. S. Martins (Eds.), *Imaginários do mar: Uma antologia crítica* (Vol. 1, pp. 11–23). IELT – NOVA FCSH.

CHAVES, L. (1970). Na arte popular dos ex-votos: Os "milagres". *Revista de Guimarães, 80*, 74–101.

CONSELHO DA EUROPA. (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*.

ENCARNAÇÃO, J. & DIAS, F. (2004). *Festas de tradição no concelho de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais.

FORD, B. (Ed.). (2011). *The archaeology of maritime landscapes: When the land meets the sea*. Springer.

FREIRE, J. (2012). *À vista da costa: A paisagem cultural marítima de Cascais* [Dissertação de mestrado não publicada]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

FREIRE, J. (2020). *Os navios do fim do mundo: A paisagem cultural marítima de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais.

FREIRE, J. & FIALHO, A. (2013). A paisagem cultural marítima de Cascais: O modelo de investigação e de gestão do litoral. In *Arqueologia em Portugal: 150 anos* (pp. 1213–1220). Associação dos Arqueólogos Portugueses.

HENRIQUES, J. M. (Coord.). (2023). *Museu da Vila Cascais*. Câmara Municipal de Cascais.

INGOLD, T. (2000). *The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. Routledge.

NUNES, F. O. (2019). Da indeterminação do mundo: Os santos, o mar, a luz. Um ensaio de antropologia marítima. *Lusitania Sacra, 40*.

SMITH, L. (2006). *Uses of heritage*. Routledge.

SOUTO, H. & MARTINS, L. S. (2009). *Cascais: Tradição e indústria nas pescas*. Câmara Municipal de Cascais.

UNESCO (1972). *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage*.

UNESCO (2003). *Convention for the safeguarding of the intangible cultural heritage*.

WESTERDAHL, C. (1992). The maritime cultural landscape. *International Journal of Nautical Archaeology, 21*(1), 5–14.

WESTERDAHL, C. (2012). The maritime cultural landscape. In B. Ford, D. Hamilton, & A. Catsambis (Eds.), *The Oxford handbook of maritime archaeology* (pp. 733–762). Oxford University Press.